

INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATO-ORTOPEDIA

Estudo Técnico Preliminar 62/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 25057.009175/2024-33

2. Descrição da necessidade

Trata-se de contratação de empresa especializada e cadastrada no Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro – CBMERJ na prestação de serviços continuados de BRIGADA DE INCÊNDIO, para execução das atividades de PRIMEIROS SOCORROS, SALVAMENTO, RESGATE, OPERAÇÃO COM PRODUTOS PERIGOSOS, SEGURANÇA DE OPERAÇÕES COM AERONAVES DE ASAS ROTATIVAS EM HELIPONTO HOSPITALAR, PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO, FORMAÇÃO E TREINAMENTO DE BRIGADA VOLUNTÁRIA DE INCÊNDIO-BVI, CAPACITAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO E ENGENHARIA DE INCÊNDIO E SEGURANÇA DO TRABALHO, com dedicação de mão de obra exclusiva conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital, termo de referência e seus anexos.

O objetivo principal é garantir a segurança contra incêndio no complexo hospitalar do INTO e de seu depósito, através da prevenção e resposta imediata a sinistros. Proporcionando segurança aos pacientes, acompanhantes, visitantes, funcionários e servidores, além da segurança aos bens e patrimônio público.

A razão da necessidade do serviço é atender às normas e legislações que dispõem sobre a obrigatoriedade da permanência de equipe de bombeiros profissionais civis nas dependências dos órgãos, empresas e entidades, de caráter público ou privado, onde haja risco de incêndio com sérios prejuízos para a integridade física das pessoas, do patrimônio ou de informações sensíveis.

A contratação de serviços continuados de brigada de incêndio é cada vez mais essencial e indispensável frente ao aumento do volume de demandas internas, armazenamento de materiais médico-hospitalares e medicamentos, equipamentos com alto custo agregado por se tratar de um Instituto de ortopedia de alta complexidade, bem como, a preservação da segurança contra incêndio e de sinistros de todos os colaboradores da unidade

Para elaboração dos Estudos Preliminares foi considerada a seguinte fundamentação legal específica:

- Lei Nº 9112 de 25/11/2020 - Dispõe sobre a obrigatoriedade de manutenção de brigada profissional composta por bombeiro civil no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, de que trata a Lei Federal nº 11.901, de 12 de janeiro de 2009;
- Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021; que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, indiretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018; que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União;
- Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 25 de maio de 2017; que dispõe sobre as regras e diretrizes para contratação de serviços continuados ou não;
- Instrução Normativa SEDGG/ME nº 58, de 08 de agosto de 2022; que dispõe sobre a elaboração de Estudos Técnicos Preliminares para aquisição de bens e contratação de serviços e obras, e sobre o Sistema de ETP digital;
- Instrução Normativa SEDGG/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022; que dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 07 de julho de 2021; que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;
- Decreto-Lei nº 247, de 21 de julho de 1975, do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro; e
- Decreto nº 42, de 17 de dezembro de 2018, alterado pelo Decreto nº 46.925, de 05 de fevereiro de 2020, que estabelece o novo Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico - COSCIP.
- A Norma Regulamentadora nº 23 (NR 23), redigida pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, estabelece que as empresas devem atender a legislação estadual do Bombeiro Militar ou instituição similar quanto à obrigatoriedade da brigada.
- RESOLUÇÃO SEDEC Nº 31, DE 10-01-2013
- **ABNT NBR 14608:2021 Esta Norma estabelece os requisitos e procedimentos para composição, treinamento e atuação de bombeiros civis, para proteger a vida e o patrimônio, bem como reduzir as consequências sociais e os danos ao meio ambiente.**

- ABNT NBR 16877:2020 Esta Norma especifica os requisitos de competências profissionais do bombeiro civil classes I, II e III, para proteger a vida e o patrimônio, bem como reduzir as consequências sociais e os danos ao meio ambiente.
- ABNT NBR 14276:2020 Esta Norma estabelece os requisitos e procedimentos para composição, treinamento e atividades das brigadas de emergência de incêndio, para proteger a vida e o patrimônio, bem como para reduzir as consequências sociais e os danos ao meio ambiente.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DINFRA	Rodrigo Luiz Lima de Souza
DINFRA	Daniela Martins Mendes
DINFRA	Luiz Eduardo de Almeida Fontes
DINFRA	Sielen Lopes Cardoso Cruz

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A empresa contratada deverá comprovar que está devidamente cadastrada junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro - CBMERJ e demais comprovações estabelecidas neste documento e no Termo de Referência, no ato da assinatura do contrato.

Do Responsável Técnico da Empresa

Em conformidade com a Nota Técnica 2/11/20219 - CBMERJ, temos:

5.5.2 O responsável técnico deve ser engenheiro de segurança do trabalho ou Bombeiro Civil mestre ou Oficial bombeiro militar inativo, e atender as seguintes exigências:

a) se engenheiro ou arquiteto com pós graduação em segurança no trabalho possuir, respectivamente, registro nos conselhos de classe (CREA ou CAU);

b) se Bombeiro Civil mestre, possuir registro válido na Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia e curso de especialização previsto na Lei Federal nº 11.901, de 12 de janeiro de 2009;

c) se Oficial bombeiro militar inativo, possuir curso de nível superior em entidade de ensino de formação de bombeiro militar, ou curso superior na área de engenharia ou arquitetura reconhecido no Brasil e não ter sido reformado por motivos disciplinares administrativos.

A Licitante deverá apresentar a Comprovação referente ao Item 5.5.2 da NT 2-11-19 CBMERJ, no caso em que couber;

A licitante deverá apresentar até a assinatura do contrato estar devidamente cadastrada junto ao CBMERJ a exercer as atividades de:

- Instaladora;
- Prestadora de serviço de bombeiro civil;

Da Habilitação Técnica

Qualificação Técnico-Operacional

Apresentar de atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome e favor da empresa licitante, ter experiência na prestação de serviço específico de Brigada de Incêndio, através de bombeiros profissionais civis (BPCs), onde se destaquem as parcelas de maior relevância e valor significativo aqueles atestados que comprovem no individual ou no somatório terem prestado serviços com tamanha e complexidade tecnológica e operacional equivalentes ou superior ao objeto da licitação, considerando como similares e compatíveis aqueles atestados que comprovem no individual ou no somatório terem prestado os seguintes serviços:

- contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 3 (três) anos do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;[A21]

Qualificação Técnico-Profissional

Apresentar de atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome do profissional, responsável técnico, elencados no item 5.5.2 da NT 2-11-19 CBMERJ, ter experiência na prestação de serviço específico de Brigada de Incêndio, através de

bombeiros profissionais civis (BPCs), onde se destaquem as parcelas de maior relevância e valor significativo aqueles atestados que comprovem no individual ou no somatório terem prestado serviços com tamanha e complexidade tecnológica e operacional equivalentes ou superior ao objeto da licitação, considerando como similares e compatíveis aqueles atestados que comprovem no individual ou no somatório terem prestado os seguintes serviços:

- Operacionalização de Bombeiros Profissionais Civis;

Do Corpo Técnico Residente

Após a contratação, os profissionais residentes, deverão comprovar estar habilitados ao desempenho das atividades de bombeiro civil e bombeiro civil mestre, conforme previsto junto a NT 2-11-19 CBMERJ e Resolução SESDEC 31 de 10-01-2013.

Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste estudo, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.

Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 da IN SEGES-MP nº.5, 2017.

Requisitos da Segurança da Informação

A contratada deverá observar a Política de Segurança da Informação da LGPD, guardando sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

Critérios e práticas de sustentabilidade

Foi realizada consulta ao Guia Nacional de Licitações Sustentáveis – NESLIC / AGU e, conforme recomendações e serão incluídas no Termo de Referência informações pertinentes ao objeto, visando garantir que a empresa contratada adote boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição.

Adotar os seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, **quando couber**:

a) A Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

b) O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, ou do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

c) Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a Contratada deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

- resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados ou encaminhados a aterro de resíduos Classe A de reservação de material para usos futuros;
- resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
- resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
- resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

d) Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

e) Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, ou do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR nºs 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

f) Nos termos do Anexo V da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30/04/2008, e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, a contratada deverá adotar as seguintes providências:

- os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização à coleta seletiva. otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, através das seguintes medidas, dentre outras: racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;
- substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução de desperdícios e poluição;
- observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7/12/94, e legislação correlata, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;
- respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
- preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº257, e 30 de junho de 1999

h) Utilizar materiais provenientes de fornecedores conscientes que usufruam de uma sustentabilidade ambiental, para a fabricação de sua matéria prima;

i) Evitar o impacto prejudicial ao meio ambiente (degradação ambiental);

j) Utilizar a menor quantidade possível de recursos naturais;

k) Respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

l) Os serviços prestados pela Contratada deverão priorizar sempre o uso racional de recursos e equipamentos de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos, bem como a geração excessiva de resíduos, visando atender as Normas e Legislações ambientais vigente;

m) Os materiais básicos empregados pela Contratada deverão atender a melhor relação entre custo e benefício, considerando os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto;

n) A qualquer tempo a fiscalização poderá solicitar a Contratada à apresentação de relação com marcas e fabricantes dos produtos, materiais e equipamentos utilizados, podendo vir a solicitar a substituição de quaisquer itens por outros, com a mesma finalidade, considerados mais adequados do ponto de vista dos impactos ambientais;

o) A Contratada deverá instruir seus funcionários quanto à necessidade de racionalização de recursos no desempenho de suas atribuições, bem como das responsabilidades ambientais, através de eventos de capacitação e sensibilização que deverão ser administrado pela Contratada, através de pessoal devidamente qualificado;

p) Todos os materiais utilizados pela Contratada, para o perfeito desenvolvimento dos serviços: tais como: embalagens, restos de materiais e produtos, sobras e entulhos, incluindo lâmpadas queimadas, cabos, restos de óleos e graxas, deverão ser adequadamente separados, para posterior descarte, em conformidade com as Legislações ambientais e sanitárias vigentes.

q) A contratada, na qualidade de produtora, comerciante ou importadora, deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte do lixo tecnológico originário da contratação, entendido como aqueles produtos ou componentes eletroeletrônicos em desuso e sujeitos à disposição final, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada.

r) Os serviços prestados pela Contratada deverão priorizar sempre o uso racional de recursos e equipamentos de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos, bem como a geração excessiva de resíduos, visando atender as Normas e Legislações ambientais vigente.

s) Os materiais básicos empregados pela Contratada deverão atender a melhor relação entre custo e benefício, considerando os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto.

t) A qualquer tempo a fiscalização poderá solicitar a Contratada à apresentação de relação com marcas e fabricantes dos produtos, materiais e equipamentos utilizados, podendo vir a solicitar a substituição de quaisquer itens por outros, com a mesma finalidade, considerados mais adequados do ponto de vista dos impactos ambientais.

u) Todos os materiais utilizados pela Contratada, para o perfeito desenvolvimento dos serviços: tais como: embalagens, restos de materiais e produtos, sobras e entulhos, incluindo lâmpadas queimadas, cabos, restos de óleos e graxas, deverão ser adequadamente separados, para posterior descarte, em conformidade com as Legislações ambientais e sanitárias vigentes.

5. Levantamento de Mercado

As avaliações nos termos abaixo descritas são usuais de mercado, podendo ser plenamente atendida pela maioria das empresas especializadas e habilitadas para o serviço.

Modelos a serem avaliados:

- **Opção 1** - Utilização exclusiva de Brigadistas Voluntários de Incêndio - BVI, utilizando para isso servidores pertencentes ao quadro funcional do Ministério da Saúde;

Opção desconsiderada. Conforme Nota Técnica - NT 2-11-19 em seu anexo D, serviços de saúde possuem ocupação tipo H1, sendo exigível neste caso a presença de Bombeiro Civil - BC.

- **Opção 2** - Utilização exclusiva de Bombeiro Civil - BC;

Opção desconsiderada. Uma contratação utilizando apenas este tipo de solução, seria mais onerosa a Administração dado os custos trabalhistas e previdenciários para manutenção de um corpo de brigada.

- **Opção 3** - Utilização mista de Bombeiro Civil - BC e Brigadistas Voluntários de Incêndio - BVI;

Opção a ser considerada. Esta metodologia busca o equilíbrio entre as necessidades do Instituto em atender questões como:

De base legal - atendimento ao Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico - Estado do Rio de Janeiro- COSIP, Resolução SEDEC 31 de 10 /01/2013;

De base técnica - prevenir e assegurar aos usuários da unidade hospitalar que em situações de risco/pânico seja minimizado qualquer risco a integridade física dos mesmos bem como atendimento a ABNT NBR 14.608/19;

De base financeira - Reduzindo os custos para Administração utilizando uma contratação mista, prevista em legislação, sem que para isso a qualidade e o objetivo final fique prejudicado;

6. Descrição da solução como um todo

Do Objetivo

Pelas regras de experiência comum, sabe-se da importância e essencialidade do serviço de brigada de incêndio para um hospital, como é o caso do INTO /MS. Neste mesmo sentido, é de suma importância garantir a adequada segurança contra possíveis incêndios na unidade, bem como zelar pela segurança dos funcionários, pacientes, usuários e do patrimônio público, bem como atender ao Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico (COSCIP) – Decreto 897, de 21 de Setembro de 1976 e Decreto 42, de 17 de Dezembro de 2018, e legislações complementares; a Lei Federal Nº11.901 de 12 de janeiro de 2009 que dispõe sobre a profissão de Bombeiro Civil e classifica as funções pertinentes a este ETP; assim como as normas técnicas – NBR 14276, NBR 15219 e NBR 14608.

O objetivo principal é garantir a segurança do complexo hospitalar do INTO, através da prevenção e resposta imediata a sinistros, proporcionando segurança aos pacientes, acompanhantes, visitantes, funcionários e servidores, além da segurança aos bens e patrimônio público.

A solução adequada ao objetivo do Instituto é a contratação de uma empresa especializada, que forneça a mão de obra profissional com dedicação exclusiva, bem como serviços correlatos a serem discriminados abaixo.

Das Características Principais da Edificação

- Local: Av. Brasil 500, São Cristóvão - RJ.
- Grau de Risco: 03
- Localização: Urbana
- Sistema Construtivo: Concreto armado e estrutura metálica
- Característica Arquitetônica: Edificação hospitalar composta por 7 prédios interligados entre si, variando de 3 a 11 pavimentos e possuindo área total construída de 84.000m²;
- Ocupação: Serviço de saúde. Divisão H1;
- Risco de incêndio: Médio 1
- População: Fixa de aproximadamente 4200 pessoas.
- Características de funcionamento: 24 horas, 7 dias por semana;
- Riscos específicos: Geradores, subestação de energia elétrica, armazenamento de líquido inflamável e combustível e cozinha industrial;

Dos Mecanismos de Combate

- Extintores de incêndio;
- Detectores de fumaça;
- Hidrantes;
- Chuveiros automáticos;

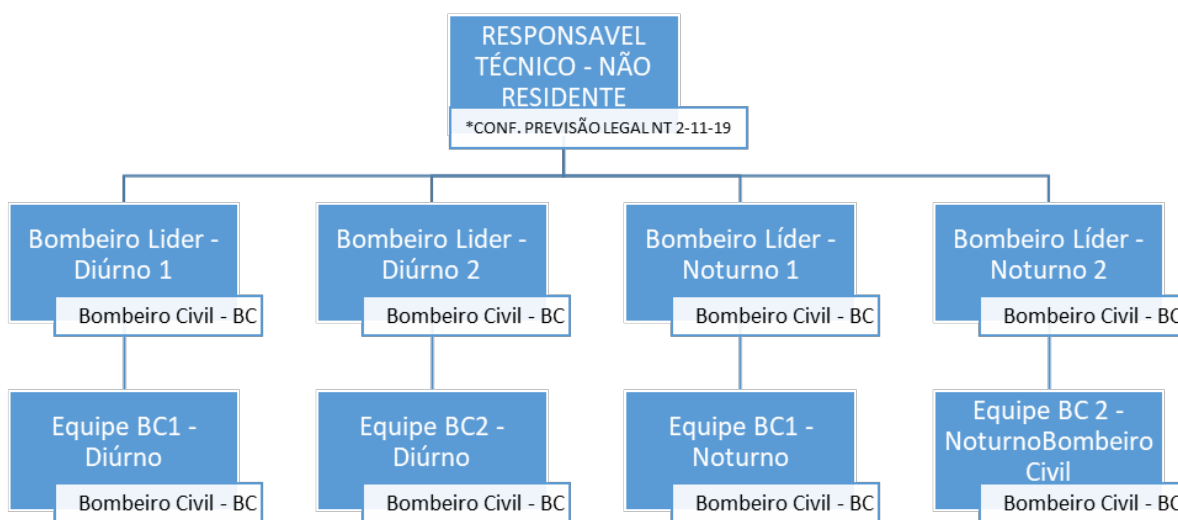
- Alarme sonoro/visual;
- Sistema de iluminação/indicação de emergência;
- Escadas pressurizadas;

Das Atividades e Serviços Especializados

1. Elaborar e implantar o Plano de emergência contra incêndio e pânico (PECIP), em conformidade com o decreto 897/76 do CBMERJ, suas atualizações e legislações e normas técnicas aplicáveis, observada as normas internas do INTO. Assinado pelo responsável técnico;
2. Elaborar manual de segurança e plano de escape. Assinado pelo responsável técnico;
3. Elaborar Estudo de Análise de Riscos - EAR. Assinado pelo responsável técnico;
4. Manter mapas de risco o rota de fuga atualizados, devendo estes ser assinado pelo Responsável Técnico da empresa contratada;
5. Efetuar periodicamente, vistorias, inspeções e testes nos sistemas de incêndio conforme NBR 12779, 12693, 10897 e outras pertinentes, conforme normas técnicas e legislação vigente, emitindo relatórios, certificados e laudos à CONTRATANTE;
6. Avaliar os riscos existentes e indicar ação para mitigá-los, informando a gestão do contrato por meio de relatório técnico devidamente assinado pelo responsável técnico da empresa;
7. Realizar a manutenção nos extintores de incêndio e mangueiras de incêndio (hidrantes), conforme normas técnicas vigentes;
8. Salvar vidas e o patrimônio público;
9. Realizar a retirada de bens e materiais, em caso de sinistro, para reduzir as perdas patrimoniais;
10. Possibilidade de atendimento extra muros em situações excepcionais;
11. Estar sempre em condições de auxiliar o CBMERJ em situações de real sinistro e/ou treinamentos e simulações;
12. Realizar treinamentos da força de trabalho e simulados de abandono no INTO anualmente.
13. Realizar atendimentos de emergências, combater sinistros, executar ações de prevenção e prestar primeiros socorros.
14. Formar corpo de Brigada Voluntária de Incêndio (BVI) conforme legislação específica;

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Da Organização das Equipes



Dimensionamento e Justificativas das equipes

A Nota Técnica NT-2-11-19 em seu anexo D - Dimensionamento para Bombeiro Civil - BC, estabelece que:

- Serviços de Saúde do Grupo H1 com área superior a 30.000m² devem dispor de ao menos 1 BC por turno, acrescido de mais um BC para cada 30.000m².

- Contudo, conforme estipulado junto a NT-2-11-19 em seu anexo D, - A quantidade a ser exigida de BC não excederá o quantitativo máximo de 08 BC. Porém por conveniência e decisão do plano de emergência contra incêndio e pânico esse número poderá ser superada, se houver acordo entre o profissional responsável pelo plano e o proprietário.

Sendo assim, em função da atividade fim desta unidade hospitalar ser a cirurgia ortopédica de média e alta complexidade, cirurgia esta que condiciona o paciente a limitações temporárias de mobilidade, fica assim definido o corpo técnico a ser contratado:

EQUIPE RESIDENTE - BOMBEIRO CIVIL - BC

Conforme Resolução SESDEC nº 31 de 10/01/2013,

"Bombeiro Civil (BC) é aquele que, habilitado nos termos da Lei nº 11.901, de 12 de janeiro de 2009, exerça, em caráter habitual, função remunerada e exclusiva de prevenção e combate a incêndio, com vínculo empregatício estabelecido com pessoa jurídica de direito privado, credenciada junto ao CBMERJ e especializada na prestação de serviços de prevenção e combate a incêndios. Os BC que exercem funções classificadas como de Bombeiro Civil, nível básico, combatente ou não, do fogo, deverão possuir homologação e habilitação registradas no Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro (CBMERJ)..."

POSTO/REGIME	LOCAL	ANDAR	PROFISSIONAL	NOTURNO 1	NOTURNO 2	DIURNO 1	DIURNO 2	ATIVIDADE LOCAL	OBSERVAÇÕES
POSTO 1 - 12x36	AV BRASIL 500	TÉRREO/2º andar	BOMBEIRO CIVIL	1	1	1	1	Almoxarifado de produtos hospitalares e inflamáveis. Tanque de combustível	Alta carga de incêndio
POSTO 2 - 12x36	AV BRASIL 500	3º e 4º pav.	BOMBEIRO CIVIL	1	1	1	1	CTI, centro cirúrgico e arquivo funcional (RH)	Pessoas com limitações de movimento
POSTO 3 - 12x36	AV BRASIL 500	5º e 6º pav.	BOMBEIRO CIVIL	1	1	1	1	Sala Cofre e Internação de pacientes	Pessoas com limitações de movimento
POSTO 4 - 12x36	AV BRASIL 500	7º e 8º pav.	BOMBEIRO CIVIL	1	1	1	1	Internação de pacientes	Pessoas com limitações de movimento
POSTO 5 - 12x36	AV BRASIL 500	9º e Cobertura	BOMBEIRO CIVIL	1	1	1	1	Subestação, área administrativa, casas de maquinas	Alta carga de incêndio
POSTO 6 - 12x36	AV MEM DE SA 160	Todo Prédio	BOMBEIRO CIVIL	1	1	1	1	Arquivo morto, depósito de inservíveis	Alta carga de incêndio

Sendo assim, teremos:

- Bombeiro Civil Diurno - 12 - escala 12x36
- Bombeiro Civil Noturno - 12 - escala 12x36

EQUIPE RESIDENTE - BOMBEIRO CIVIL - BC - TORNANTE

Em decorrência da limitação de 36 (trinta e seis) horas de trabalhos semanais, 3 plantões por Bombeiro Civil, imposta pela Lei Federal nº11.901/2009, será necessário a complementação da equipe residente com Bombeiros tornantes, os chamados folguistas.

Os Tornantes/Folguistas deverão cumprir carga horária também de 36 (trinte e seis) horas semanais, conforme previsão legal na Lei Federal nº11.901 /2009, para complementação da escala mensal.

Sendo assim, temos que:

- Cada tornante cobre 6 Bombeiros Civis
- Para 24 Bombeiros Civis, teremos então 4 Bombeiros tornantes - escala 12x36.

Para melhor visualização e entendimento, foi confeccionada uma planilha em excel aonde fica evidenciado de forma gráfica que com 4 Bombeiros Tornantes, nenhum Bombeiro Civil e nem Bombeiro tornante irá trabalhar mais que 3 plantões semanais. **(PLANILHA ANEXO X)**

EQUIPE RESIDENTE - BOMBEIRO CIVIL - BC - LÍDER DE EQUIPE

Conforme Resolução SESDEC nº 31 de 10/01/2013,

"Bombeiro Civil Líder formado como técnico em prevenção e combate a incêndio, em nível de ensino médio, comandante de guarnição em seu horário de trabalho"

Sendo assim, temos que:

- Cada Bombeiro Civil Líder é responsável por uma equipe;
 - Conforme estruturado em organograma, temos 2 Bombeiros Líderes para os plantões diurnos e 2 Bombeiros Líderes para os plantões noturnos, ambos em escala 12x36;

EQUIPE RESIDENTE - BOMBEIRO CIVIL LÍDER- BC - TORNANTE

Em decorrência da limitação de 36 (trinta e seis) horas de trabalhos semanais, 3 plantões por Bombeiro Civil, imposta pela Lei Federal nº11.901/2009, será necessário a complementação da equipe residente com Bombeiros tornantes, os chamados folguistas.

Os Tornantes/Folguistas deverão cumprir carga horária também de 36 (trinta e seis) horas semanais, conforme previsão legal na Lei Federal nº11.901/2009, para complementação da escala mensal.

Sendo assim, temos que:

- Cada tornante cobre 6 Bombeiros Civis Líderes
- Neste caso, para 4 Bombeiros Líderes, serão necessários 2 Bombeiros Líderes tornantes;
- Neste caso em específico, fica evidenciado que 2 Bombeiros Líderes tornantes é o mínimo. Sendo assim, os 2 tornantes ficariam devendo 4 plantões semanais, 2 plantões cada.
- Sendo o modelo contratual o de mão de obra exclusiva, a contratada irá ser remunerada em 100% referente aos 2 Bombeiros Líderes tornantes, contudo, estes deverão ser usados prioritariamente para cobertura de faltas de qualquer Bombeiro Civil, e cobertura de férias se assim couber;
- Escala 12x36

Para melhor visualização e entendimento, foi confeccionada uma planilha em excel aonde fica evidenciado de forma gráfica que com 2 Bombeiros Líderes tornantes, nenhum Bombeiro Civil Líder e nem Bombeiro Líder tornante irá trabalhar mais que 3 plantões semanais. **(PLANILHA ANEXO X)**

EQUIPE NÃO RESIDENTE - RESPONSÁVEL TÉCNICO

Em conformidade com a Nota Técnica 2/11/20219 - CBMERJ, temos:

5.5.2 O responsável técnico deve ser engenheiro de segurança do trabalho ou Bombeiro Civil mestre ou Oficial bombeiro militar inativo, e atender as seguintes exigências:

a) se engenheiro ou arquiteto com pós graduação em segurança no trabalho possuir, respectivamente, registro nos conselhos de classe (CREA ou CAU);

b) se Bombeiro Civil mestre, possuir registro válido na Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia e curso de especialização previsto na Lei Federal nº 11.901, de 12 de janeiro de 2009;

c) se Oficial bombeiro militar inativo, possuir curso de nível superior em entidade de ensino de formação de bombeiro militar, ou curso superior na área de engenharia ou arquitetura reconhecido no Brasil e não ter sido reformado por motivos disciplinares administrativos.

O Responsável Técnico da empresa contratada deverá comparecer ao Instituto sempre que solicitado pela equipe de fiscalização do contrato.

O Responsável Técnico da empresa contratada deverá cumprir o especificado nas **Atividades e Serviços Especializados**, previsto junto a este Estudo Técnico Preliminar - ETP, bem como o previsto em legislação específica.

QUADRO RESUMO

EQUIPE RESIDENTE - Escala 12 x 36		
DESCRIÇÃO	QTD	OBSERVAÇÕES
Bombeiro Civil Diurno - (CBO 5171-10)	14	12 Bombeiros civis mais 2 tornantes
Bombeiro Civil Noturno - (CBO 5171-10)	14	12 Bombeiros civis mais 2 tornantes
Bombeiro Civil Líder Diurno - (CBO 5171-10)	3	2 Bombeiros civis líderes mais 1 tornante
Bombeiro Civil Líder Noturno - (CBO 5171-10)	3	2 Bombeiros civis líderes mais 1 tornante
TOTAL	34	

- 1 - Adotar para precificação salarial a **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2025/2026**
- A CONTRATADA deverá atender o previsto no Art. 5º - Inc. II da Lei Nº 9112 DE 25/11/2020, aonde fica definido a obrigatoriedade de contratação de ao menos um Bombeiro Civil do sexo feminino (mínimo)

MANUTENÇÃO DOS EXTINTORES DE INCÊNDIO

A contratada deverá realizar a manutenção e recarga de todos os extintores de incêndio, incluindo ensaio hidrostático, inspeção técnica, pintura e a substituição de componentes necessários ao perfeito funcionamento dos referidos equipamentos e/ou substituição de todo o equipamento, por um novo, quando necessário; conforme legislação e normas técnicas aplicáveis, de acordo com o quantitativo abaixo.

Os extintores de CO2 devem passar por inspeção técnica a cada 06 meses, a qual avaliará as condições externas do mesmo e sua carga, por meio de pesagem. Se houver perda superior a 10% da carga nominal declarada, a recarga deve ser efetuada. Anualmente, devem passar por manutenção de 2º nível (com abertura do extintor) entretanto, a empresa de inspeção técnica e manutenção de extintores de incêndio registrada no Inmetro pode revalidar sua garantia sem abrir o extintor caso seja a mesma que realizou a manutenção anterior. Essa mesma empresa pode revalidar ou não sucessivamente até completar 5 anos .

A frequência da manutenção de segundo nível dos extintores de incêndio (com carga de água, CO2, pó para extinção de incêndio BC ou ABC, espuma mecânica e halogenado) **é sempre anual**, mas, excepcionalmente para o extintor com carga de CO2, esse prazo pode ser postergado, conforme descrito no parágrafo anterior.

• Manutenção de Extintor Nível 1

É mais uma inspeção que uma manutenção propriamente dita. Ocorre no local onde o extintor está instalado, e deve ser realizada a cada 6 meses. É realizada a limpeza do equipamento e o reaperto e/ou substituição de peças que não são submetidas a pressão. Caso for constatado algum problema mais grave o extintor deve ser encaminhado a uma empresa especializada, que irá submetê-lo a manutenção de nível 2.

• Manutenção de Extintor Nível 2

Essa manutenção é obrigatória e deve ser realizada a cada 12 meses, por uma empresa competente e registrada no INMETRO. É feita a desmontagem completa de todos os componentes do extintor para limpeza. Em seguida, é realizada a inspeção visual das peças e da parte interna do extintor. Todos os componentes que ficam sob pressão são então testados e ensaiados. Por fim o extintor é remontado e são colocados anel, trave, lacre, selo do INMETRO e termo de garantia.

• Manutenção de Extintor Nível 3

Segue exatamente a mesma sequência de manutenção do Nível 2, mas tem duas etapas adicionais. A primeira delas é o teste hidrostático, que serve para identificar a integridade e resistência, também do cilindro. A segunda delas é a pintura do cilindro. Essa manutenção deve ser realizada obrigatoriamente a cada 5 anos.

TABELA ANEXO I

Para cada equipamento deverá ser fornecido um cartão de inspeção protegido por capa plástica e cordão para fixar este ao equipamento.

Durante a realização da manutenção, a cobertura de mangueiras e extintores de incêndio será no quantitativo de 100%.

Em caso de avarias nas coberturas de mangueiras e/ou extintores de incêndio, o custo destas estará incluso no valor do contrato, estes serão cobertos por uma VERBA DE PEÇAS VARIÁVEL.

Todos os extintores devem conter afixado ao casco: o logo da instituição, a inscrição “INTO” e sua numeração.

Os extintores utilizados em treinamentos/simulados ou em situação real de sinistro deverão ser recarregados para manutenção da prontidão do referido equipamento.

FERRAMENTAL PARA CORTE E ARROMBAMENTO

Para a prestação dos serviços relativos a Brigada de Incêndio, a contratada deverá fornecer ferramental destinado a arrombamento de ambientes confinados, corte de itens diversos, dentre outras situações que possam comprometer a segurança dos usuários deste Instituto. Sendo assim, fica estabelecido a quantidade mínima abaixo relacionada:

TABELA ANEXO II

MATERIAL PARA SOCORRO RESGATE E SALVAMENTO

Para a prestação dos serviços relativos a Brigada de Incêndio e em conformidade com a ABNT NBR 14608/21, ABNT NBR 16877/2020 e ABNT NBR 14276/20, a contratada deverá fornecer material destinado a resgate e salvamento, de forma a garantir a segurança dos usuários deste Instituto. Sendo assim, fica estabelecido a quantidade mínima abaixo relacionada:

TABELA ANEXO III

MATERIAL PARA COMBATE A INCÊNDIO

Para a prestação dos serviços relativos a Brigada de Incêndio e em conformidade com a ABNT NBR 14608/21, ABNT NBR 16877/2020 e ABNT NBR 14276/20, a contratada deverá fornecer material destinado a combate a incêndio de forma a garantir a segurança dos usuários deste Instituto e também do Brigadista Civil que em caso de algum incidente, necessitará estar devidamente paramentado para extinção de qualquer foco de incêndio. Sendo assim, fica estabelecido a quantidade mínima abaixo relacionada:

TABELA ANEXO IV

ACESSÓRIOS DIVERSOS

Para a prestação dos serviços relativos a Brigada de Incêndio e em conformidade com a ABNT NBR 14608/21, ABNT NBR 16877/2020 e ABNT NBR 14276/20, a contratada deverá fornecer acessórios diversos destinado ao socorro e atendimento específicos como incidentes ocorridos em subestações, O INTO possui 4(quatro). Também deverá fornecer itens necessários a operacionalização das rotinas diárias inerentes a uma brigada de incêndio. Sendo assim, fica estabelecido a quantidade mínima abaixo relacionada:

TABELA ANEXO V

UNIFORMES

A contratada deverá fornecer uniforme de acordo com as quantidades abaixo relacionadas para a equipe de brigada residente ou o previsto em convenção coletiva de trabalho - CCT.

TABELA ANEXO VI

MANUTENÇÃO DAS MANGUEIRAS DE INCÊNDIO

A contratada deverá realizar a manutenção de todas as mangueiras de incêndio, incluindo ensaio hidrostático, inspeção técnica

Em conformidade com a Norma ABNT NBR 12779, o teste hidrostático em mangueiras de incêndio é uma medida fundamental e obrigatória a cada doze meses. Toda mangueira de incêndio deve ser inspecionada a cada 6 meses e ser submetida a **teste hidrostático/manutenção a cada 12 meses**.

Caso seja constatado a necessidade de a substituição de componentes necessários ao perfeito funcionamento dos referidos equipamentos e/ou substituição de todo o equipamento, por um novo, o que deverá ser informado através de relatório técnico, a contratada será reembolsada pelo contratante pela VERBA DE PEÇAS VARIÁVEL.

TABELA ANEXO VII

DA FORMAÇÃO DE BOMBEIRO VOLUNTÁRIO DE INCÊNDIO - BVI

Em conformidade com a Nota Técnica 2/11/20219 - CBMERJ, temos que:

4.6 Brigadista Voluntário de Incêndio (BVI): aquela que, pertencente à população fixa do local objeto da proteção, é treinado e capacitado a exercer, sem exclusividade, as atividades básicas de prevenção e combate a incêndios, bem como o atendimento a emergências setoriais, na forma prevista nesta Nota Técnica.

4.7 Empresas formadoras de Bombeiro Civil e Brigadista Voluntário de Incêndio: aquelas que devidamente registradas e habilitadas no CBMERJ, se encontram em condições de executar a formação e a atualização de Bombeiro Civil (BC) e a formação e a atualização do Brigadista Voluntário de Incêndio (BVI), no território do Estado do Rio de Janeiro.

A empresa contratada deverá formar Brigada Voluntária de Incêndio em conformidade com leis, normas e decretos vigentes.

O quantitativo previsto para o Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia, em Nota Técnica 2/11/20219 - CBMERJ - ANEXO C – DIMENSIONAMENTO PARA BRIGADISTA VOLUNTÁRIO DE INCÊNDIO - BVI, corresponde a 10% da população fixa. sendo esta em média 1500 pessoas/dia, o número de colaboradores a ser treinado é de 150 pessoas/ano.

Para os voluntários que já possuam a formação básica de BVI, a Contratada deverá oferecer a revalidação.

Considerando que o curso de formação de BVI é feito apenas uma única vez e que as revalidações são anuais, a premissa adotada será a oferta anual de 75 vagas de formação inicial de modo a termos a formação completa da Brigada Voluntária ao final de 2 anos;

O curso de formação deverá abordar no mínimo:

Treinamento de Brigada Voluntária de Incêndio - Nível Básico

- Combate a Incêndio: 8h – Distribuídos em treinamento teórico e prático;
- Primeiro Socorros: 8h - Distribuídos em treinamento teórico e prático;
- 8h teóricas "in company";
- 8h práticas em centro de treinamento;

Conteúdo do Treinamento de Brigada Voluntária de Incêndio - Nível Básico

COMBATE A INCÊNDIO

- INTRODUÇÃO
- ASPECTOS LEGAIS
- TEORIA DO FOGO;
- PROPAGAÇÃO E DINÂMICA DO FOGO
- CLASSES DE INCÊNDIO
- PREVENÇÃO DE INCÊNDIO
- MÉTODOS DE EXTINÇÃO
- AGENTES EXTINTORES
- EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI)
- EQUIPAMENTOS DE COMBATE A INCÊNDIO
- EQUIPAMENTOS DE DETECÇÃO, ALARME E DE COMUNICAÇÕES
- ABANDONO DE ÁREA
- PESSOAS COM MOBILIDADE REDUZIDA
- RISCOS ESPECÍFICOS DA PLANTA / INSTALAÇÃO
- CASA DE MÁQUINAS DE INCÊNDIO
- COMPORTAMENTO HUMANO EM AMBIENTES INCENDIADOS
- MANEABILIDADE COM LINHAS DE MANGUEIRAS
- ACIDENTES COM GLP (GÁS DE COZINHA)
- RECONHECIMENTO DOS EXTINTORES DE INCÊNDIO
- COMBATE A INCÊNDIO UTILIZANDO O SISTEMA PREVENTIVO FIXO
- NOÇÕES BÁSICAS DE SEGURANÇA EM INSTALAÇÕES ELÉTRICAS
- EQUIPAMENTOS PORTÁTEIS DE COMBATE A INCÊNDIO
- EQUIPAMENTOS FIXOS DE COMBATE A INCÊNDIO
- EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – EPI
- EQUIPAMENTOS DE DETECÇÃO, ALARME E COMUNICAÇÕES
- ABANDONO DE ÁREA.
-

- APLICAR OS MÉTODOS DE EXTINÇÃO E APLICAR OS AGENTES EXTINTORES
- UTILIZAR OS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – EPIS CORRETAMENTE
- OPERAR OS EQUIPAMENTOS DE COMBATE A INCÊNDIO 1 E 2.

PRIMEIROS SOCORROS

- AVALIAÇÃO INICIAL
- VIAS AÉREAS
- RESSUSCITAÇÃO CARDIOPULMONAR (RCP)
- DEA
- ESTADO DE CHOQUE
- HEMORRAGIAS
- FRATURAS
- FERIMENTOS
- QUEIMADURAS
- EMERGÊNCIAS CLÍNICAS
- MOVIMENTAÇÃO, REMOÇÃO E TRANSPORTE DE VÍTIMAS
- RISCOS ESPECÍFICOS DA PLANTA / INSTALAÇÃO
- SALVAMENTO DE VÍTIMAS EM ALTURA
- EMERGÊNCIAS COM PRODUTOS PERIGOSOS E AMBIENTAIS
- ESTADO DE CHOQUE, EMERGÊNCIAS CLÍNICAS
- LESÕES DOS TECIDOS MOLES, QUEIMADURAS
- LESÕES TRAUMATO, ORTOPÉDICAS
- INTOXICAÇÃO E ENVENENAMENTOS
- ACIDENTES PROVOCADOS POR ANIMAIS PEÇONHENTOS
- REMOÇÃO E TRANSPORTE DE ACIDENTADOS
- COMPREENDER AS TÉCNICAS DE PRIMEIROS SOCORROS
- AVALIAÇÃO TRAUMÁTICAS
- CHEGADA DO SOCORRO MÉDICO ESPECIALIZADO
- INTERPRETAR MINUCIOSAMENTE TODA PARTE DE DIREITOS E DEVERES
- VÍTIMAS (ANTES, DURANTE E DEPOIS-VÍTIMA E SOCORRISTA)
- ESPECIFICAR QUAL CONDUTA A SER ADOTADA APÓS A IDENTIFICAÇÃO DA EMERGÊNCIA DE PS
- IDENTIFICAR E APLICAR OS PROCEDIMENTOS ADEQUADOS PARA CADA TIPO DE PRIMEIROS SOCORROS (VÍTIMA CLÍNICA OU VÍTIMA DE TRAUMA)
- AVALIAR E RECONHECER OS RISCOS IMINENTES OS MECANISMOS DE LESÃO
- CONHECER OS SINAIS E SINTOMAS DE OBSTRUÇÕES RESPIRATÓRIAS EM CRIANÇAS E BEBÊS
- CONSCIENTES E INCONSCIENTES, E PROMOVER A DESOBSTRUÇÃO

A contratada deverá prever o traslado INTO x Campo de Treinamento x INTO e também o café da manhã e almoço para cada participante do curso.

TABELA ANEXO VIII

*Valor a ser pago por aluno formado

*Verba anual

DA REVALIDAÇÃO DE BRIGADA VOLUNTÁRIA DE INCÊNDIO - NÍVEL BÁSICO

O curso de formação deverá abordar no mínimo:

- Combate a Incêndio: 4h – Distribuídos em treinamento teórico e prático;
- Primeiro Socorros: 4h - Distribuídos em treinamento teórico e prático;
- 4h teóricas "in company";
- 4h práticas em centro de treinamento;

Conteúdo da Revalidação de Brigada Voluntária de Incêndio - Nível Básico

- TEORIA DO FOGO
- PROPAGAÇÃO DO FOGO

- CLASSE DE INCÊNDIO
- PREVENÇÃO DE INCÊNDIO
- MÉTODO DE EXTINÇÃO DE INCÊNDIO
- AGENTES EXTINTORES
- EPI
- EQUIPAMENTO PORTÁTIL DE COMBATE A INCÊNDIO E EQUIP. FIXO DE COMBATE A INCÊNDIO
- ESCAPE DE PESSOAL
- PESSOA COM MOBILIDADE REDUZIDA
- RISCOS ESPECÍFICOS DO LOCAL
- PSICOLOGIA EM EMERGÊNCIAS
- TÉCNICA DE MANEABILIDADE COM EQUIPAMENTOS
- TÉCNICA DE EXTINÇÃO DE INCÊNDIO C/ EQUIP. PORTÁTIL E FIXO
- TÉCNICA DE EXTINÇÃO DE INCÊNDIO
- TÉCNICA DE ENTRADA/SAÍDA DO LOCAL DE INCÊNDIO
- OPERAÇÃO SIMULADA DE COMBATE A INCÊNDIO

A contratada deverá prever o traslado INTO x Campo de Treinamento x INTO e também o café da manhã e almoço para cada participante do curso.

TABELA ANEXO IX

*Valor a ser pago por aluno formado

*Verba anual

DA VERBA DE PEÇAS

Caso necessário, após a constatação da necessidade de substituição de mangueiras, extintores condenados para uso, acessórios diversos, pintura, ou seja, qualquer despesa inerente ao objeto contratado, para tal fica estabelecido o **valor mensal de R\$ 10.000,00 (dez mil reais)** para cobertura destas despesas.

Será indenizado ao CONTRATADO somente o valor mensal efetivamente gasto com peças/componentes. O demonstrativo será objeto de análise pelo Fiscal do Contrato designado pela Administração.

DAS SUBCONTRATAÇÕES

É admissível a subcontratação do contratado, respeitados os itens abaixo relacionados:

- **Manutenção de extintores e mangueiras de incêndio;**
- **Recarga dos extintores;**
- **Curso de formação de Brigadista Voluntário de Incêndio (BVI) e revalidações;**

8. Estimativa do Valor da Contratação

[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: A adoção do orçamento sigiloso, sob a justificativa de que a não divulgação do orçamento tem por objetivo evitar que as propostas/lances gravitem em torno do orçamento fixado pela administração de modo que os proponentes apresentem lances realmente competitivos e de acordo sua efetiva capacidade de honrá-los com lucratividade adequada. Nesse contexto de ponderação de princípios, entende-se estar justificada a ausência temporária da divulgação do orçamento, pois amparada no princípio da busca da melhor proposta pela administração, atendendo ao artigo 24º, da Lei 14.133/2021.]

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Dado a complexidade técnica aplicada ao serviço de brigada de incêndio, nos leva a opção pelo não parcelamento do objeto uma vez que as periodicidades de execução de cada item abordado acima e em atenção ao preconizado pelo CBMERJ, de forma a minimizar as chances de descontinuidade de qualquer serviço e assim melhor o gerenciamento de cada etapa/sistema de combate.

- Recarga de Extintor - anual
- Reteste Extintor - quinquenal
- Teste de Mangueiras - anual
- Revalidação de BVI - anual

Sob a ótica financeira, o parcelamento do objeto incidirá em custos técnico/administrativos para cada solução, sejam estes:

- Externos - são os inerentes a cada objeto contratado separadamente, como, responsáveis técnicos para cada uma das empresas, RH, pessoal operacional, ou seja, todas as despesas consideradas como custos indiretos;
- Internos - é a mão de obra necessária para confeccionar cada processo, neste caso, a área solicitante, área de contratos, área financeira e corpo de pregoeiros;

Uma solução única, como a proposta, unifica e otimiza todas estas despesas e principalmente, não restringe a competitividade, uma vez que poderão ser sub contratados.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não existem contratações correlatas ou interdependentes com o objeto que se pretende contratar.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Os créditos orçamentários necessários para atender as despesas com a contratação de serviços continuados de Brigada de Incêndio, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual deste exercício, compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme o Plano de Contratação Anual 2025.

Documento de Formalização da Demanda - DFD: 335/2024 (0045158366)

I) ID PCA no PNCP: 00.394.544/0001-85 - MINISTERIO DA SAUDE;

II) Data de publicação no PNCP: 28/02/2024;

III) Id do item no PCA: 2060;

IV) Classe/Grupo: 852 - SERVIÇOS DE INVESTIGAÇÃO E SEGURANÇA;

V) Identificador da Futura Contratação: 250057-199/2025;

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Benefícios Diretos:

- Manutenção da segurança contra incêndio do complexo hospitalar e do depósito INTO/MS, por meio de empresa de brigada de incêndio;
- Manutenção adequada dos extintores de incêndio e mangueiras de incêndio, garantindo segurança e prontidão de atendimento;
- Aumento da vida útil dos extintores de incêndio e das mangueiras de incêndio;
- Redução de custos, devido a inclusão da recarga e manutenção dos extintores e mangueiras de incêndio;
- Atendimento as normas técnicas e legislação pertinente ao objeto, inclusive as Normas Regulamentadoras NR.

Benefícios Indiretos:

- Garantir a segurança e prevenção contra incêndio da estrutura hospitalar;
- Garantir a segurança e prevenção contra incêndio dos usuários e pacientes no complexo hospitalar;
- Melhor planejamento de alocação de recursos técnicos e financeiros.

13. Providências a serem Adotadas

Não há necessidade de providências para adequação dos ambientes das unidades beneficiadas pela contratação, e nem de capacitar servidores para a contratação pretendida, pois o serviço é de conhecimento dos servidores que atuam na área de gestão contratual.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Como base no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS/DECOR/CGU/AGU, 6ª Edição -Setembro/2023, bem como IN nº 01/2010 do MPOG, foram incluídos os possíveis impactos ambientais, para presente contratação, bem como as medidas mitigadoras e as soluções adotadas no item Requisitos da Contratação - Critérios e práticas de sustentabilidade, deste ETP.

Além disso, o INTO instituiu o Plano de Logística Sustentável – PLS, através da Portaria nº586/2023 de 22/5/2023, publicada no D.O.U em 07/06/2023, Edição 108, Seção 1. Na Portaria em comento, é possível identificar as práticas de sustentabilidade e racionalização para o serviço pretendido, dentre as demais que seguem ao longo do presente ETP.

QUADRO GERAL DO PLS 2023 - 2024
DESCRIÇÃO PORMENORIZADA DOS OBJETIVOS GERAIS

1. Criar um modelo de gestão socioambiental capaz de implementar e aprimorar práticas de sustentabilidade (social, ambiental e econômica) no Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia, em harmonia com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável referendados na Agenda 2030;
2. Servir, no âmbito interno do órgão, como ferramenta de planejamento e instrumento de gestão vinculado ao Planejamento Estratégico da Instituição e alinhado, também, à governança das contratações da instituição, de forma harmonizada com as condições específicas do Instituto -estruturais, físicas, regimentais, políticas, de missão institucional e de localização geográfica;
3. Racionalizar a aquisição e o uso de recursos (bens, materiais e serviços) para o aprimoramento da gestão dos processos de trabalho, visando à eficiência das despesas públicas e à eficácia do controle executado pelos órgãos de controle;
4. Promover a adequada gestão de resíduos (coleta, tratamento, disposição final e reciclagem),estabelecendo parcerias com instituições especializadas em reciclagem de materiais, visando minimizar e/ou compensar os impactos socioambientais;
5. Favorecer a ampliação do ciclo de vida de bens e materiais obsoletos, estabelecendo parcerias com instituições públicas e/ou organizações sociais, para recuperação e reuso filantrópico do patrimônio inservível;
6. Promover a melhoria contínua da qualidade de vida no ambiente de trabalho, visando à promoção da saúde integral e aumento da produtividade de servidores e colaboradores; e
7. Implementar programa de sensibilização e capacitação de servidores e colaboradores com foco na temática de sustentabilidade, visando à adoção de uma cultura de vida sustentável.

Práticas de Sustentabilidade - Aplicáveis a Contratação - PLS 2023 - 2024

TEMA	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	OBJETIVOS DODESENVOLVIMENTOSUSTENTÁVEL - ONU
4- Consumo Consciente	Promover o uso sustentável de Material de Consumo e de Serviços de impressão, gráficos, de correios e de telefonia.	Ter responsabilidade na utilização de recursos públicos; Ter compromisso com a Sustentabilidade; Dedicar atenção especial ao material de consumo: papel e copos descartáveis, e aos serviços de impressão.	12 - Consumo e produção responsável

5- Energia elétrica	Promover o uso sustentável da Energia Elétrica.	Ter responsabilidade na utilização de recursos públicos e Compromisso com a Sustentabilidade.	7 - Energia limpa e acessível
6- Água e Saneamento Ambiental	Promover o uso sustentável da Água e o Saneamento Ambiental.	Ter responsabilidade na utilização de recursos públicos e compromisso com a Sustentabilidade.	6 - Água potável e saneamento.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Após realizadas as avaliações e estudos consignados junto a este ETP, entende-se que a pretensa contratação além de imprescindível para o atendimento ao CBMERJ bem como resguardar a segurança dos usuários desta Instituição, é viável sob a ótica técnica, visto que a solução definida, Brigada Civil e Brigada Voluntária, lastreia-se em normas brasileiras, notas técnicas e resoluções estaduais.

No que se refere a viabilidade financeira, buscou-se junto a este ETP, o aperfeiçoamento da solução proposta, reduzindo-se a equipe de Brigadista Civil em detrimento da Brigada Voluntária, o que de fato diminuiu os custos financeiros da contratação bem como todo ônus previdenciário e trabalhista para a Administração.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RODRIGO LUIZ LIMA DE SOUZA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 15/08/2025 às 11:55:07.

DANIELA MARTINS MENDES

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 15/08/2025 às 12:08:04.

LUIZ EDUARDO DE ALMEIDA FONTES

Membro da comissão de contratação

SIELEN LOPES CARDOSO CRUZ

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 15/08/2025 às 12:08:59.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXO I.pdf (349.69 KB)
- Anexo II - ANEXO II.pdf (336.0 KB)
- Anexo III - ANEXO III.pdf (358.21 KB)
- Anexo IV - ANEXO IV.pdf (345.39 KB)
- Anexo V - ANEXO V.pdf (341.89 KB)
- Anexo VI - ANEXO VI.pdf (342.36 KB)
- Anexo VII - ANEXO VII.pdf (325.79 KB)
- Anexo VIII - ANEXO VIII.pdf (323.41 KB)
- Anexo IX - ANEXO IX.pdf (319.56 KB)
- Anexo X - ANEXO X_TURNANTES BRIGADA.xlsx (44.04 KB)
- Anexo XI - Mediador - Extrato Convenção Coletiva_2025_2026.pdf (478.85 KB)

	COB./9º ANDAR				8º/7º ANDAR	
	P1 - NOTURNO	T	P1 - DIURNO	T	P2 - NOTURNO	T
quarta-feira, 1 de janeiro de 2025	A		C		E	
quinta-feira, 2 de janeiro de 2025	B		D		F	
sexta-feira, 3 de janeiro de 2025	A		C		E	
sábado, 4 de janeiro de 2025	B		D		F	
domingo, 5 de janeiro de 2025	A		C		E	
segunda-feira, 6 de janeiro de 2025	X	T1		T2	F	
terça-feira, 7 de janeiro de 2025	A		C		E	
quarta-feira, 8 de janeiro de 2025	B		D			T1
quinta-feira, 9 de janeiro de 2025	A		C		E	
sexta-feira, 10 de janeiro de 2025	B		D		F	
sábado, 11 de janeiro de 2025	A		C		E	
domingo, 12 de janeiro de 2025	B		D		F	
segunda-feira, 13 de janeiro de 2025		T1		T2	E	
terça-feira, 14 de janeiro de 2025	B		D		F	
quarta-feira, 15 de janeiro de 2025	A		C			T1
quinta-feira, 16 de janeiro de 2025	B		D		F	
sexta-feira, 17 de janeiro de 2025	A		C		E	
sábado, 18 de janeiro de 2025	B		D		F	
domingo, 19 de janeiro de 2025	A		C		E	
segunda-feira, 20 de janeiro de 2025	B	T1		T2	F	
terça-feira, 21 de janeiro de 2025	A		C		E	
quarta-feira, 22 de janeiro de 2025	B		D			T1
quinta-feira, 23 de janeiro de 2025	A		C		E	
sexta-feira, 24 de janeiro de 2025	B		D		F	
sábado, 25 de janeiro de 2025	A		C		E	
domingo, 26 de janeiro de 2025	B		D		F	
segunda-feira, 27 de janeiro de 2025	A	T1		T2	E	
terça-feira, 28 de janeiro de 2025	B		D		F	
quarta-feira, 29 de janeiro de 2025	A		C			T1
quinta-feira, 30 de janeiro de 2025	B		D		F	
sexta-feira, 31 de janeiro de 2025	A		C		E	
sábado, 1 de fevereiro de 2025	B		D		F	
domingo, 2 de fevereiro de 2025	A		C		E	
segunda-feira, 3 de fevereiro de 2025	B		D		F	
terça-feira, 4 de fevereiro de 2025	A		C		E	
quarta-feira, 5 de fevereiro de 2025	B		D		F	
quinta-feira, 6 de fevereiro de 2025	A		C		E	
sexta-feira, 7 de fevereiro de 2025	B		D		F	
sábado, 8 de fevereiro de 2025	A		C		E	
domingo, 9 de fevereiro de 2025	B		D		F	

ESCALA TORNANTE - BOMBEIRO CIVIL

[illegible]

2º/TÉRREO ANDAR				MEM DE SÁ			
P5 - NOTURNO	T	P5 - DIURNO	T	P6 - NOTURNO	T	P6 - DIURNO	
Q		S		W		X	
R		T		Y		Z	
Q		S		W		X	
R		T		Y		Z	
Q		S		W		X	
R		T		Y		Z	
Q		S		W		X	
R		T		Y		Z	
Q		S		W		X	
R		T		Y		Z	
Q		S		W		X	
R		T		Y		Z	
Q		S		W		X	
R		T		Y		Z	
Q		S		W		X	
R		T		Y		Z	
Q		S		W		X	
R		T		Y		Z	
Q		S		W		X	
R		T		Y		Z	
Q		S		W		X	
R		T		Y		Z	
Q		S		W		X	
R		T		Y		Z	
Q		S		W		X	
R		T		Y		Z	
Q		S		W		X	
R		T		Y		Z	
Q		S		W		X	
R		T		Y		Z	
Q		S		W		X	
R		T		Y		Z	
Q		S		W		X	
R		T		Y		Z	
Q		S		W		X	
R		T		Y		Z	
Q		S		W		X	
R		T		Y		Z	
Q		S		W		X	
R		T		Y		Z	
Q		S		W		X	
R		T		Y		Z	
Q		S		W		X	
R		T		Y		Z	
Q		S		W		X	
R		T		Y		Z	
Q		S		W		X	
R		T		Y		Z	
Q		S		W		X	
R		T		Y		Z	
Q		S		W		X	
R		T		Y		Z	
Q		S		W		X	
R		T		Y		Z	
Q		S		W		X	
R		T		Y		Z	
Q		S		W		X	
R		T		Y		Z	
Q		S		W		X	
R		T		Y		Z	
Q		S		W		X	
R		T		Y		Z	
Q		S		W		X	
R		T		Y		Z	
Q		S		W		X	
R		T		Y		Z	
Q		S		W		X	
R		T		Y		Z	
Q		S		W		X	
R		T		Y		Z	
Q		S		W		X	
R		T		Y		Z	
Q		S		W		X	
R		T		Y		Z	
Q		S		W		X	
R		T		Y		Z	
Q		S		W		X	
R		T		Y		Z	
Q		S		W		X	
R		T		Y		Z	
Q		S		W		X	
R		T		Y		Z	
Q		S		W		X	
R		T		Y		Z	
Q		S		W		X	
R		T		Y		Z	
Q		S		W		X	
R		T		Y		Z	
Q		S		W		X	
R		T		Y		Z	
Q		S		W		X	
R		T		Y		Z	
Q		S		W		X	
R		T		Y		Z	
Q		S		W		X	
R		T		Y		Z	
Q		S		W		X	
R		T		Y		Z	
Q		S		W		X	
R		T		Y		Z	
Q		S		W		X	
R		T		Y		Z	
Q		S		W		X	
R		T		Y		Z	
Q		S		W		X	
R		T		Y		Z	
Q		S		W		X	
R		T		Y		Z	
Q		S		W		X	
R		T		Y		Z	
Q		S		W		X	
R		T		Y		Z	
Q		S		W		X	
R		T		Y		Z	
Q		S		W		X	
R		T		Y		Z	
Q		S		W		X	
R		T		Y		Z	
Q		S		W		X	
R		T		Y		Z	
Q		S		W		X	
R		T		Y		Z	
Q		S		W		X	
R		T		Y		Z	
Q		S		W		X	
R		T		Y		Z	
Q		S		W		X	
R		T		Y		Z	
Q		S		W		X	
R		T		Y		Z	
Q		S		W		X	
R		T		Y		Z	
Q		S		W		X	
R		T		Y		Z	
Q		S		W		X	
R		T		Y		Z	
Q		S		W		X	
R		T		Y		Z	
Q		S		W		X	
R		T		Y		Z	
Q		S		W		X	
R		T		Y		Z	
Q							

ESCALA TORNANTES - BOMBEIRO LIDER

LIDER - NOTURNO		T	LIDER - DIURNO	T
quarta-feira, 1 de janeiro de 2025	A		C	
quinta-feira, 2 de janeiro de 2025	B		D	
sexta-feira, 3 de janeiro de 2025	A		C	
sábado, 4 de janeiro de 2025	B		D	
domingo, 5 de janeiro de 2025	A		C	
segunda-feira, 6 de janeiro de 2025		TL1		TL2
terça-feira, 7 de janeiro de 2025	A		C	
quarta-feira, 8 de janeiro de 2025	B		D	
quinta-feira, 9 de janeiro de 2025	A		C	
sexta-feira, 10 de janeiro de 2025	B		D	
sábado, 11 de janeiro de 2025	A		C	
domingo, 12 de janeiro de 2025	B		D	
segunda-feira, 13 de janeiro de 2025		TL1		TL2
terça-feira, 14 de janeiro de 2025	B		D	
quarta-feira, 15 de janeiro de 2025	A		C	
quinta-feira, 16 de janeiro de 2025	B		D	
sexta-feira, 17 de janeiro de 2025	A		C	
sábado, 18 de janeiro de 2025	B		D	
domingo, 19 de janeiro de 2025	A		C	
segunda-feira, 20 de janeiro de 2025		TL1		TL2
terça-feira, 21 de janeiro de 2025	A		C	
quarta-feira, 22 de janeiro de 2025	B		D	
quinta-feira, 23 de janeiro de 2025	A		C	
sexta-feira, 24 de janeiro de 2025	B		D	
sábado, 25 de janeiro de 2025	A		C	
domingo, 26 de janeiro de 2025	B		D	
segunda-feira, 27 de janeiro de 2025		TL1		TL2
terça-feira, 28 de janeiro de 2025	B		D	
quarta-feira, 29 de janeiro de 2025	A		C	
quinta-feira, 30 de janeiro de 2025	B		D	
sexta-feira, 31 de janeiro de 2025	A		C	
sábado, 1 de fevereiro de 2025	B		D	
domingo, 2 de fevereiro de 2025	A		C	

Imprimir

Salvar

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2025/2026

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RJ001456/2025
DATA DE REGISTRO NO MTE: 11/06/2025
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR012170/2025
NÚMERO DO PROCESSO: 13041.208147/2025-78
DATA DO PROTOCOLO: 09/06/2025

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DAS EMP PREST SERV B I I M E P C I E R J, CNPJ n. 36.561.835/0001-68, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). PAULO GOMES DOS SANTOS FILHO;

E

SINDBOMBEIROCIVIL-RJ, CNPJ n. 35.812.189/0001-00, neste ato representado(a) por seu Vice-Presidente, Sr(a). MARCOS PAULO SILVA DE OLIVEIRA;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de março de 2025 a 28 de fevereiro de 2026 e a data-base da categoria em 01º de março.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Empregados em Empresas Prestadoras de Brigada de Incêndio**, com abrangência territorial em **Rio de Janeiro/RJ**.

**SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO
PISO SALARIAL****CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL DA CATEGORIA**

A partir de 1º de março de 2025, serão garantidos aos Bombeiros Civis os salários normativos abaixo, reajustados à razão de 5,87% (cinco vírgula oitenta e sete por cento):

Predial

Função Profissional	Piso Salarial	Periculosidade
Bombeiro Civil	R\$ 1.857,67	30,00%
Bombeiro Civil Líder	R\$ 2.250,70	30,00%
Bombeiro Civil Condutor Veículos Combate/Emergência	R\$ 2.010,67	30,00%
Bombeiro Civil Supervisor	R\$ 2.442,95	30,00%
Coordenador de Área	R\$ 3.194,82	30,00%
Coordenador Bombeiros	R\$ 4.759,25	30,00%
Bombeiro Civil Mestre	R\$ 5.709,51	30,00%

Ferrovias

Função Profissional	Piso Salarial	Periculosidade
Bombeiro Civil	R\$ 1.857,67	30,00%
Bombeiro Civil Líder	R\$ 2.250,70	30,00%
Bombeiro Civil Supervisor	R\$ 2.442,95	30,00%
Coordenador Bombeiros	R\$ 4.759,25	30,00%
Bombeiro Civil Mestre	R\$ 5.709,51	30,00%

Função Profissional Free Lancer

Bombeiro Civil	R\$ 344,89	
Bombeiro Civil Supervisor	R\$ 344,89 + 10%	

Curso de Formação

Função Profissional	Piso Salarial	Periculosidade
Bombeiro Civil Monitor	R\$ 1.857,67	30,00%
Bombeiro Civil Instrutor	R\$ 2.352,46	30,00%

Florestal

Função Profissional	Piso Salarial	Periculosidade
Bombeiro Civil	R\$ 2.062,94	30,00%
Bombeiro Civil Condutor	R\$ 2.454,49	30,00%
Bombeiro Civil Líder	R\$ 2.412,78	30,00%
Bombeiro Civil Supervisor	R\$ 2.605,07	30,00%
Coordenador Bombeiros	R\$ 4.921,37	30,00%
Bombeiro Civil Mestre	R\$ 5.709,51	30,00%

Industrial

Função Profissional	Piso Salarial	Periculosidade
Bombeiro Civil	R\$ 2.062,94	30,00%
Bombeiro Civil Portuário-Naval	R\$ 2.062,94	30,00%
Bombeiro Civil Condutor	R\$ 2.454,49	30,00%
Bombeiro Civil Líder	R\$ 2.412,78	30,00%
Bombeiro Civil Supervisor	R\$ 2.605,07	30,00%
Coordenador Bombeiros	R\$ 4.921,37	30,00%
Bombeiro Civil Mestre	R\$ 5.709,51	30,00%

Plataforma de Petróleo

Função Profissional	Piso Salarial	Periculosidade
Bombeiro Civil	R\$ 2.280,10	30,00%
Bombeiro Civil Líder	R\$ 2.412,78	30,00%
Bombeiro Civil Supervisor	R\$ 2.605,07	30,00%
Coordenador Bombeiros	R\$ 4.921,37	30,00%
Bombeiro Civil Mestre	R\$ 5.709,51	30,00%

Bombeiro de Contingência

Função Profissional	Piso Salarial	Periculosidade
Bombeiro Civil Gestor de Contingência	R\$ 7.992,27	30,00%
Bombeiro Civil Técnico de Contingência	R\$ 4.893,70	30,00%
Bombeiro Civil Auxiliar Téc. De Contingência	R\$ 3.511,79	30,00%
Bombeiro Civil Motorista de Contingência	R\$ 3.209,41	30,00%
Bombeiro Civil de Contingência	R\$ 2.789,76	30,00%

Parágrafo primeiro

Os Bombeiros Cíveis Condutores de Autobomba (BC-MC), terão o piso diferenciado, no valor de R\$ 2.454,49, não influenciando no piso salarial do BC-MC Industrial e Florestal.

Parágrafo segundo

As empresas poderão efetuar o pagamento das diferenças salariais retroativas a março de 2025, em até 3 parcelas iguais, iniciando pelo segundo contracheque subsequente ao registro da presente Convenção Coletiva no M.T.E.

Parágrafo terceiro

A presente Convenção Coletiva de Trabalho é um instrumento legal e capaz para solicitação de reequilíbrio financeiro nos Contratos de prestação de serviços cujo processo licitatório possa ter utilizado a CTT do ano anterior.

Parágrafo quarto

Na aplicação deste percentual serão compensados todos os reajustes, aumentos, abonos e antecipações, compulsórios e espontâneos, concedidos no período entre 01 de Março de 2024 a 28/02/2025.

Parágrafo quinto

Defini-se por Bombeiro de Contingência aquele em cujo local de trabalho haja material químico, radioativo ou biológico.

REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS

CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE DOS DEMAIS EMPREGADOS

Todos os empregados que exercem funções diversas das descritas acima terão seus salários reajustados a partir de 01 de março de 2025, no percentual de 5,87% (cinco vírgula oitenta e sete por cento).

Parágrafo primeiro

O reajuste salarial de 5,87% (cinco vírgula oitenta e sete por cento) abrangerá todos os Bombeiros Profissionais Cíveis que atuem em atividades que estejam abrangidas por esta Convenção Coletiva de Trabalho, inclusive aqueles que recebiam salário maior que o piso.

Parágrafo segundo

Na aplicação deste percentual serão compensados todos os reajustes, aumentos, abonos e antecipações, compulsórios e espontâneos, concedidos no período entre 01 de Março de 2024 e 28 de fevereiro de 2025.

Parágrafo terceiro

As empresas poderão efetuar o pagamento das diferenças salariais retroativas a março de 2025, em até 3 (três) parcelas iguais, iniciando pelo segundo contra cheque subsequente ao registro da presente Convenção Coletiva no MTE.

CLÁUSULA QUINTA - CONTRACHEQUE

As empresas fornecerão os contracheques lacrados ou acesso eletrônico via internet, que deverão discriminar o salário profissional, as horas extras, os adicionais, demais proventos e os descontos efetuados.

Parágrafo único

As empresas que vierem a efetuar o pagamento do salário através de crédito e/ou depósito em conta bancária, cartão salário ou outra modalidade eletrônica de crédito, fica desobrigada de colher a assinatura do empregado, valendo como prova de pagamento o comprovante de depósito bancário.

PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO MENSAL DE SALÁRIOS

O pagamento mensal de salários será efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao trabalhado, nos termos da lei (art. 459, §1º, da CLT).

CLÁUSULA SÉTIMA - DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO

As empresas devem pagar a primeira parcela do décimo terceiro salário de 50% até ao dia 30 de novembro e a segunda parcela de 50% até ao dia 20 de dezembro. No contra cheque deverá ser mencionada a rubrica como adiantamento do 13°.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO

CLÁUSULA OITAVA - DOS POSTOS ESPECIAIS

É facultado às empresas conceder gratificações ou remunerações diferenciadas a seu critério, assim como benefícios, em razão de postos considerados especiais pela empresa, sendo estas gratificações, remunerações diferenciadas ou benefícios, circunscritas exclusivamente a postos especiais, assim nomeados e classificados pela empresa ou ainda em decorrência de contrato com clientes que assim o exijam.

Parágrafo primeiro

Os postos considerados especiais pela empresa não poderão ser objeto de isonomia ou paridade por outros bombeiros civis que trabalham em postos que não tenham as mesmas condições. Assim, visando um melhor atendimento às necessidades contratuais das empresas e de situação diversa, fica autorizado que, num mesmo posto, haja uma gratificação diferenciadas para os bombeiros civis que exerçam a função de supervisor.

Parágrafo segundo

Fica assegurado aos bombeiros civis o direito de só perder os Postos Especiais por justo motivo.

CLÁUSULA NONA - GRATIFICAÇÃO NATALINA

As empresas fornecerão aos seus empregados, no período de 01 a 20 de dezembro, uma Cesta de Natal, não podendo ser inferior a **R\$175,00 (cento e setenta e cinco reais)**, paga em espécie ou sob forma de **crédito em cartão Vale Alimentação, nos termos da legislação do Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT em vigor.**

ADICIONAL NOTURNO

CLÁUSULA DÉCIMA - ADICIONAL NOTURNO

As horas laboradas no período compreendido entre as 22h00min e as 05h00 min serão remuneradas com adicional de 20% (vinte por cento), incidente sobre o salário base do empregado.

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

As empresas obrigam-se ao pagamento do Adicional de Periculosidade, em 30% (trinta por cento), para os empregados mencionados na Cláusula Segunda que fazem jus à percepção do aludido adicional, em conformidade com o estabelecido no inciso III, do Art. 6º, da Lei 11.901 de 12 de janeiro de 2009, calculado sobre o salário base do empregado.

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

As empresas ficam obrigadas a conceder a partir do dia 01 de março de 2025 o auxílio alimentação, seja em forma de cartão alimentação (VA) ou refeição (VR) bem como em pecúnia, com valor correspondente a **R\$31,50 (trinta e um reais e cinquenta centavos)** por dia trabalhado, ficando as mesmas autorizadas a descontar de cada empregado, mensalmente, o valor de R\$1,00 (um real), permitindo-se desconto superior a tal valor, face à legislação em vigor, que regulamenta o PAT.

Parágrafo primeiro

O auxílio alimentação ou equivalente somente será devido por dia de trabalho, com carga horária acima de 6 horas de efetivo trabalho, com exclusão dos dias de suspensão ou interrupção do contrato, afastamento, licenças, benefício previdenciário ou ausência por qualquer outra causa.

Parágrafo segundo

Em caso de transferência de posto de trabalho, o valor poderá variar em função de previsão contratual, desde que observado o mínimo estabelecido nesta cláusula.

Parágrafo terceiro

O auxílio alimentação/refeição será concedido mediante o fornecimento de ticket eletrônico de empresas especializadas, credenciadas junto ao Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT - ou, excepcionalmente, em dinheiro, podendo, ainda, acontecer em forma mista, sempre a critério da empresa.

Parágrafo quarto

O auxílio alimentação a que se refere esta cláusula não se incorpora à remuneração do empregado sob qualquer efeito, tendo em vista que não possui natureza salarial.

Parágrafo quinto

As empresas ficam desobrigadas do fornecimento deste benefício, se fornecerem ou se vierem a fornecer alimentação no local de trabalho ou local da prestação dos serviços, ou ainda no caso desta obrigação ser cumprida pelo tomador de serviço. O Sindicato Laboral poderá fiscalizar o devido cumprimento deste fornecimento.

Parágrafo sexto

As empresas poderão efetuar o pagamento das diferenças relativas ao auxílio alimentação retroativas a março de 2025, em até 4 parcelas iguais, iniciando pelo segundo contracheque subsequente ao registro da presente Convenção Coletiva no M.T.E.

Parágrafo sétimo

O auxílio alimentação, a partir de março de 2025, está sendo reajustados à razão de 6,78% (seis virgula setenta e oito por cento). Os auxílios alimentação, seja em forma de cartão alimentação (VA) ou refeição (VR) bem como em pecúnia, devem ser reajustados no percentual de 6,78% (seis virgula setenta e oito por cento), sobre o valor fornecido em fevereiro de 2025.

AUXÍLIO TRANSPORTE

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - VALE TRANSPORTE

O vale-transporte, concedido na forma da lei, deverá ser pago no valor equivalente à passagem do dia, conforme necessidade de locomoção do empregado, sendo 01 (uma) ou mais conduções, devendo ser pago de forma mensal ou quinzenal.

Parágrafo primeiro

As empresas, com base no parágrafo único, do art. 5º, do Decreto 95.247/87, mediante concordância expressa dos empregados, com a assistência e homologação pelo Sindicato Laboral, poderá fornecer a parcela de sua responsabilidade correspondente ao Vale Transporte em pecúnia, vale, cartão ou outro tipo de modalidade que vier a ser criada, tal como definido pela legislação, tendo em vista as dificuldades administrativas para a aquisição e distribuição do mesmo, decorrentes das peculiaridades próprias do setor profissional, no que diz respeito às

constantes transferências dos empregados para as diversas frentes de trabalho da empresa, por força do próprio processo de prestação de serviços.

Parágrafo segundo

O empregado que tiver o seu posto de trabalho alterado terá a garantia do pagamento integral das passagens necessárias para o seu deslocamento.

Parágrafo terceiro

Na hipótese prevista nesta cláusula, o empregado assinará um termo de compromisso pela opção acordada, estabelecendo que o pagamento será feito em folha, sob o título "Auxílio Transporte", e terá como único objetivo o ressarcimento, não tendo natureza salarial, nem se incorporando à remuneração para qualquer efeito, e, portanto, não se constituindo base da incidência de contribuição previdenciária ou FGTS.

Parágrafo quarto

Ocorrendo majoração na tarifa as empresas obrigam-se a complementar a diferença devida ao empregado.

AUXÍLIO SAÚDE

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - PLANO DE SAÚDE/ODONTOLÓGICO

As empresas comprometem-se a proceder ao desconto, em folha de pagamento, desde que devidamente autorizado de forma expressa, conforme disposto no artigo 545 da CLT, por empregado que aderir ao Plano de Saúde e/ou Plano Odontológico (dental) eventualmente oferecidos pelo sindicato Laboral, podendo ser estendida a cobertura aos dependentes.

AUXÍLIO DOENÇA/INVALIDEZ

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - SEGURO DE VIDA EM GRUPO

As empresas farão, em favor dos seus empregados, independentemente da forma de contratação, um Seguro de Vida e Acidentes Pessoais em grupo, contratado com empresa seguradora escolhida pelo empregador, observadas as seguintes coberturas mínimas:

I – R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais), em caso de morte do(a) empregado(a), independentemente do local ocorrido;

II – Até R\$12.500,00 (doze mil e quinhentos reais) em caso de invalidez permanente (total ou parcial) causada por acidente, independentemente do local ocorrido, atestado por médico devidamente qualificado, discriminando detalhadamente, no laudo médico, as sequelas definitivas, mencionando o grau ou percentagem, respectivamente, da invalidez deixada pelo acidente.

III – Ocorrendo a morte do Segurado, a Seguradora garante a prestação dos serviços com sepultamento no valor de até R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Para solicitar a Assistência Funeral, o(s) beneficiário(s) do seguro deverá(ão) entrar em contato com a Central de Atendimento pelos telefones indicados no Certificado do Seguro e, após acionada a Central, serão tomadas todas as providências para o funeral, respeitando o limite da assistência contratada. Caso o serviço não seja acionado o reembolso dos gastos com sepultamento poderá ser solicitado, observados os limites de capitais e itens contratados.

IV – As indenizações, independentemente da cobertura, deverão ser processadas e pagas aos beneficiários do seguro, no prazo não superior a 24 (vinte e quatro) horas após a entrega da documentação completa exigida pela Seguradora. Os valores das coberturas mínimas ajustadas nesta cláusula sofrerão, anualmente, atualizações pela variação do IPCA, ou outros valores que vierem a ser considerados pelas entidades signatárias neste acordo.

V – Aplica-se o disposto na presente Cláusula a todas as empresas e empregadores, inclusive os empregados(as) em regime de trabalho temporário, autônomos(as) e estagiários(as) devidamente comprovado o seu vínculo.

VI – As coberturas e as indenizações por morte e/ou por invalidez, previstas nos incisos I e II do caput desta cláusula, não serão cumuláveis, sendo que o pagamento de uma exclui a outra.

VII – A presente cláusula não tem natureza salarial, por não se constituir em contraprestação de serviços.

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES NORMAS PARA ADMISSÃO/CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO CONTRATO DE TRABALHO

O contrato individual de trabalho será acordado expressamente, por escrito, por prazo determinado (sendo somente de experiência, de até 90 dias), ou indeterminado, ou para prestação de trabalho intermitente, nos termos desta Convenção Coletiva de Trabalho.

Parágrafo primeiro

O contrato de trabalho intermitente deve ser celebrado por escrito e deve conter especificamente o valor da hora de trabalho, que não pode ser inferior ao valor horário das bases salariais da presente CCT, e será regido pelo artigo 452-A da CLT.

Parágrafo segundo

Considerando como intermitente o contrato de trabalho na qual a prestação de serviços, com subordinação, não é contínua, ocorrendo com alternância de período de prestação de serviços e de inatividade, o funcionário contratado nesta modalidade não incidirá para apuração de dimensionamento para o SESMET, CIPA, cota de Aprendiz e cota de PCD.

Parágrafo terceiro

O número de trabalhadores intermitentes não poderá exceder a 25% da mão de obra da empresa.

Parágrafo quarto

Fica vedada a utilização de mão de obra intermitente em shows e eventos.

Parágrafo quinto

No prazo de até 01 (um) ano da data da dispensa, é vedado à empresa firmar contrato de experiência nos casos de readmissão de empregados na mesma função.

Parágrafo sexto

O contrato de experiência não poderá exceder os 90 (noventa) dias.

Parágrafo sétimo

O trabalho dos bombeiros em eventos será pago na forma de Free Lancer, no valor de R\$ 219,15 + 30% + R\$ 60,00 (para alimentação e transporte) havendo contrato de trabalho ou não.

DESLIGAMENTO/DEMISSÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DISPENSA QUE ANTECEDE A DATA BASE

Caso a projeção do aviso prévio, mesmo que proporcional se der nos trinta dias que antecedem a data base da categoria, a empresa ficará dispensada de efetuar o pagamento do salário adicional previsto pelas Lei nº 6.708/79 e a Lei nº 7.238/84, desde que o encerramento do contrato tenha ocorrido por determinação do tomador do serviço.

AVISO PRÉVIO

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - AVISO PRÉVIO

O empregado que estiver em cumprimento de aviso prévio, só poderá ser transferido do setor onde exerce suas funções para outro posto equivalente, ou para a sede do domicílio da empresa.

Parágrafo único

Nos casos de rescisão de Contrato de Trabalho, sem justa causa, por parte do empregador, o aviso obedecerá aos seguintes critérios:

I) Será comunicado pela empresa, por escrito, e contra-recibo, esclarecendo se será trabalhado ou indenizado;

II) A redução de 02 (duas) horas diárias, prevista no artigo 488, da CLT, será utilizada atendendo a conveniência do empregado, no início ou fim da jornada de trabalho, mediante a opção única do empregado por um dos períodos, ou optar por 7 (sete) dias corridos durante o período;

III) Ao empregado que no curso do aviso prévio trabalhado solicitar seu desligamento ao empregador por escrito, fica garantido seu imediato desligamento de acordo com a legislação vigente.

IV) O disposto nesta cláusula não se acumulará com os dispositivos que vierem a regulamentar o inciso XXI, do artigo 7º, da Constituição Federal, ficando garantido aqueles mais favoráveis ao empregado;

V) Em face da redução da jornada de trabalho, as empresas que compensam o sábado, a redução da hora diária no período do aviso prévio é de 02 (duas) horas e 24 (vinte e quatro) minutos, correspondente ao sábado compensado;

VI) Em conformidade com a Lei Federal nº 12.506, de 2011, fica instituída a proporcionalidade do aviso prévio, à razão de 3 dias por ano trabalhado.

PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - CONTRATAÇÃO DE PCD

Considerando a função de Bombeiro Profissional Civil pela Lei 11.901/2009, o profissional tem a função legal de inibir focos de incêndio, atender pessoas com problemas de saúde, sendo treinado para tais fins, estar em plenitude física e mental, o cumprimento do art. 93, da Lei 8.213/91 e arts. 136 e 141 do Decreto 3.048/99, com relação a admissão de pessoa com deficiência, habilitada ou reabilitada, tomará como parâmetro, a exemplo do que ocorre na contratação de policiais (art. 37, VIII/CF), o dimensionamento relativo ao pessoal da administração, ressalvado o comparecimento de profissionais atendo a publicação da empresa, que comprove ter o curso de formação de Bombeiro Profissional Civil, e que porte o Certificado Individual de Reabilitação ou Habilitação expedido pelo INSS,

que indique expressamente que está capacitado profissionalmente para exercer a função de Bombeiro Profissional Civil (Art. 140 e 141 do Decreto nº 3.048/99). Fica facultado à empresa submeter antes ao CBMERJ, conforme a Lei 11.901/2009, e não se aplicará o aproveitamento em outras funções, porque mais de 99% (noventa e nove pontos percentuais) de seus empregados são Bombeiros Profissionais Cíveis (Processo nº TST-RO- 76-64.2016.5.10.0000).

OUTRAS NORMAS REFERENTES A ADMISSÃO, DEMISSÃO E MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA - HOMOLOGAÇÃO

Nos moldes da Lei nº 13.467/2017, a liquidação das verbas trabalhistas resultante da rescisão do contrato de trabalho, e a entrega ao empregador de documentos que comprovem a comunicação da extinção contratual aos órgãos competentes, deverão ser efetuados em até 10 (dez) dias contados a partir do término do contrato de trabalho.

Parágrafo primeiro

As empregadoras farão a homologação das rescisões contratuais de seus empregados, acima de 1 (um) ano, obrigatoriamente na sede do SINDBOMBEIROS RJ.

Parágrafo segundo

O agendamento será requerido pela empresa em até 48 horas úteis da data do desligamento. O Sindicato Laboral responderá em até 48 horas úteis, com designação de data de até 10 dias corridos da data do desligamento.

Parágrafo terceiro

Estando a empresa regular junto às Entidades Laboral e Patronal, poderá solicitar a esta a declaração de não comparecimento do empregado ao ato homologatório, desde que comprovada a convocação formal e por escrito do trabalhador.

Parágrafo quarto

No ato da homologação, a empresa pagará ao Sindicato a importância de R\$10,00 (dez reais) para cada rescisão homologada.

RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES QUALIFICAÇÃO/FORMAÇÃO PROFISSIONAL

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - CAPACITAÇÃO DOS EMPREGADOS

As empresas comprometem-se a capacitar e desenvolver os seus empregados.

Parágrafo primeiro - da formação

Os cursos de formação necessários para o desempenho da função serão custeados pelas empresas, inclusive os valores de deslocamento, alimentação e hospedagem.

Parágrafo segundo - da reciclagem

As empresas comprometem-se a reciclar os seus empregados a fim de atender às exigências legais e capacitá-los a desempenhar adequadamente as suas atividades profissionais. Todos os treinamentos e/ou simulados necessários para o desempenho das funções, mesmo que em Postos Especiais, serão administrados às custas das empresas e poderão ser em dias e horas de folga, além dos valores de deslocamento, alimentação e hospedagem, caso necessários.

Parágrafo terceiro - da certificação

Após publicado pelo CBMERJ, as empresas comprometem-se a entregar de imediato o Certificado ao empregado, logo após a reciclagem.

Parágrafo quarto

Em caso de dispensa imotivada, com 4 (quatro) meses de antecedência ao vencimento da reciclagem do Bombeiro Profissional Civil, o empregador ficará obrigado a reciclar o funcionário ou indenizá-lo no valor da reciclagem. O empregador ficará dispensado dessa obrigação caso o empregado demitido seja de imediato contratado pela outra empresa que venha assumir o posto de serviço, passando a referida obrigação para a empresa que venha admiti-lo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO BOMBEIRO CIVIL

Quanto à qualificação profissional do Bombeiro Civil, as empresas buscarão atender o disposto na NBR nº 16.877-ABNT, que especifica os requisitos de competências profissionais dos Bombeiros Civis, Classes I, II e III, para proteger a vida e o patrimônio, bem como reduzir as consequências sociais e os danos ao meio ambiente.

IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA FEMININA

As empresas se comprometem a manter a contratação de mão-de-obra feminina, nos termos do art. 5.º, II, da Lei 9.112/2020, que determina que deve haver, “pelo menos, um bombeiro civil do sexo feminino na equipe”.

Parágrafo único – as empresas disponibilizarão um alojamento feminino ou um vestiário exclusivo para que seja possível a troca de roupa do efetivo feminino, sem qualquer constrangimento.

ESTABILIDADE MÃE

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DEMISSÃO/GARANTIA GESTANTE

Havendo a constatação do estado gestacional da empregada, após a sua demissão, sem que a empresa tivesse, à época da demissão, conhecimento de tal fato, a empresa compromete-se a reintegrar a empregada em seu quadro funcional, descontando-se as verbas indenizatórias eventualmente já pagas, ao final do contrato, na ocorrência de nova rescisão

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - ESTABILIDADE GESTANTES

A empregada gestante não será dispensada sem justa causa, desde o início da gestação até o término da estabilidade legal.

ESTABILIDADE PAI

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - LICENÇA PATERNIDADE

A licença paternidade deverá ser concedida, conforme dispõe a lei.

ESTABILIDADE APOSENTADORIA

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - PRÉ - APOSENTADORIA

Gozará de garantia de emprego o empregado que contar com mais de 05 (cinco) anos de trabalho para o empregador e, cumulativamente, faltarem 12 (doze) meses ou menos para completar o tempo necessário para obter o direito à aposentadoria integral.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS

DURAÇÃO E HORÁRIO

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - JORNADA

A partir de março de 2025, a escala do Bombeiro Civil deverá ser de 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas de descanso, conforme o caput do art. 59-A da CLT, e o Bombeiro Civil que passar das 156 horas laborais mensais deverá ser remunerado com hora extra a 50%.

Parágrafo Único: Devido à especificidade e complexidade de segurança nas instalações que se enquadram o Bombeiro Civil de Contingência, fica autorizado o emprego da escala 24x72h. No caso da implantação desta escala 24x72h as empresas deverão dar ciência ao sindicato laboral.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - ESCALA DE REVEZAMENTO

Ficam as empresas obrigadas a cumprir a jornada 12X36 (doze horas de trabalho por trinta e seis de descanso) e 156 horas laborais mensais.

Parágrafo primeiro

Ultrapassada a 156ª hora laboral mensal, o empregador saldará com hora extra nos termos da respectiva cláusula convencional, ou seja, com o adicional de 50% (cinquenta por cento).

Parágrafo segundo

Serão admitidas outras escalas, mediante acordo entre o sindicato laboral e a empresa, as escalas de trabalho em face das características e singularidades da atividade, desde que não haja extrapolação do limite ora estabelecido de 156 horas laborais mensais. Em havendo extrapolação do limite aqui estabelecido, o empregado fará jus ao recebimento das horas excedentes como extraordinárias, com os respectivos adicionais, sem que isso implique em descaracterização do regime/escala de jornada de trabalho a que o empregado estiver sujeito.

Parágrafo terceiro

Para o cálculo da remuneração de dias e horas dos funcionários em geral, em especial os Bombeiros Profissionais Cíveis, este será à razão 1/30 (hum trinta avos) para cálculo do dia trabalhado e 1/220 (hum duzentos e vinte avos) para cálculo da hora trabalhada.

Parágrafo quarto

Fica instituído para as empresas e trabalhadores da categoria, o regime de compensação de horas de trabalho, denominado Banco de Horas, na forma do que dispõem os parágrafos 2º e 3º do artigo 59 da Consolidação das Leis do Trabalho, sendo obrigatória a assinatura de acordo coletivo de trabalho com o Sindicato Laboral, com o ciente do Sindicato Patronal.

CONTROLE DA JORNADA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - CONTROLE DE PONTO

As empresas poderão adotar sistemas alternativos eletrônicos de controle da jornada de trabalho, nos termos dos artigos 2º e 3º, da Portaria nº 373, de 25/2/11, sem prejuízo do disposto art. 74º, parágrafo 2º da CLT, que determina o controle da jornada por meio manual, mecânico ou eletrônico.

Parágrafo primeiro

Fica assegurada a remuneração de hora extra com acréscimo de 100% (cem por cento) para os empregados que laborarem na jornada de doze horas de trabalho por trinta e seis de descanso, quando convocados para plantões extras em sua folga, no limite de seis plantões extras por mês, verificada a concordância do empregado e respeitado o descanso interjornada de doze horas. Todo plantão extra, na folga, será integralmente pago como hora extra com acréscimo de 100%, qualquer que seja o dia da semana, garantidos, ainda, os benefícios do ticket refeição/alimentação e do vale transporte da atual Convenção Coletiva de Trabalho.

Parágrafo segundo

A atividade de Bombeiro Profissional Civil é contínua e não pode sofrer interrupção, assim, em caso de força maior ou de caso fortuito, o empregado Bombeiro Civil que estiver no posto de serviço deverá aguardar a sua substituição. A empresa fica obrigada a providenciar a substituição em no máximo 01 hora, o período que o profissional aguardou a substituição será remunerado como labor extraordinário com acréscimo de 50% (cinquenta por cento), proibida a dobra.

Parágrafo terceiro

Será concedido intervalo intrajornada para repouso ou alimentação de acordo com o art. 71º da CLT. Durante o usufruto do intervalo previsto, fica facultado ao Bombeiro Civil permanecer nas dependências do local da prestação de serviço, cujo período não será computado na duração do trabalho, por não constituir tempo à disposição do empregador. Havendo a prestação dos serviços neste período, este será remunerado nos termos do art. 71, §4º da CLT.

Parágrafo quarto

No controle de jornada de trabalho que forem realizadas através de meio manual preenchidas diariamente pelo funcionário, poderá ser feita a pré-assinalação do intervalo intrajornada na forma prevista no artigo 13 da Portaria nº 3.626/91 do Ministério do Trabalho e Emprego - M.T.E.

Parágrafo quinto

Será sempre observado na atuação do BPC o limite de tolerância máxima de 10 minutos de rendição, sem caracterização de sobrejornada ou de horário suplementar.

Parágrafo sexto:

É facultado às empresas estabelecer fechamento de suas folhas de pagamento em qualquer data antes do último dia do mês, sendo que as horas extras, adicional noturno, faltas e atrasos que tenham ocorrido após o fechamento da folha, serão pagos ou descontados na folha do mês subsequente.

Parágrafo sétimo:

A adoção de sistemas alternativos eletrônicos de controle de jornada de trabalho, inclusive por meio de transmissão de dados via internet, por telefone e/ou rádio transmissor, pelas empresas abrangidas por esta Norma, desde que não haja infração legal ou prejuízo ao trabalhador, respeitando os termos dos arts. 31 e 32 do Decreto nº 10.854. A assinatura eletrônica do ponto poderá basear-se em sistema de tokenização, desde que o token respectivo seja enviado ao empregado, para acesso exclusivo do mesmo mediante senha pessoal, via celular ou e-mail, por empresa especializada, devendo as empresas manterem histórico dos empregados que visualizaram o ponto a ser assinado eletronicamente, dos efetivamente assim assinados e data de sua assinatura.

O horário que será anotado nos controles é o de efetiva entrada e de saída do trabalhador, devendo ser observado o rigor das anotações especialmente em casos em que não há rendição do posto de trabalho.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE JORNADA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - PERMUTA DE TURNOS

Os empregados poderão, excepcionalmente e de forma exclusivamente voluntária, permutar de turno para fins de atendimento a eventuais compromissos particulares. Os empregados interessados deverão solicitar a permuta à empresa com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência, podendo a empresa concordar, ou não, com a permuta solicitada, desde que observado o descanso mínimo de 24 horas entre turnos, para o empregado que concordar em cobrir a permuta do empregado solicitante, e que a devida compensação pelo empregado solicitante ocorra dentro do mesmo mês em que ocorrer a permuta, para que seja respeitada a carga horária.

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - PROTEÇÃO DO TRABALHO

As empresas obrigam-se a fornecer aos empregados, gratuitamente, equipamentos de proteção individual (luvas próprias para o trabalho de bombeiro, cinto de segurança, máscaras, etc.) adequados aos devidos riscos, em perfeito estado de conservação e funcionamento, sempre que as medidas de origem geral não ofereçam completa

proteção contra os riscos de acidentes e danos à saúde dos empregados, nos termos dos art. 166, da Portaria nº 3214 de 08/06/78.

Parágrafo primeiro

O Equipamento de Proteção Individual (EPI), fornecido obrigatoriamente pela empresa empregadora, é de uso obrigatório do empregado, sendo considerada falta punível a sua não utilização, uma vez que seja disponibilizado pela empregadora.

Parágrafo segundo

As empresas tomadoras de serviços se obrigam a fornecer Equipamentos de Proteção Coletiva – EPC – aos Bombeiros Civis que ali prestarem serviço. Se a contratante não possuir tal EPC, poderá alugar da empresa contratada ou outra da sua preferência. Como Equipamentos de Proteção Coletiva, as Empresas tomadoras de serviços deverão manter nas suas dependências extintores de incêndio das classes apropriadas para o local para combate a princípio de incêndio.

Parágrafo terceiro

As empresas podem constituir SESMT COMUM, organizado e administrado pelo Sindicato Patronal, conforme o item 4.14.3 da Norma Regulamentadora 4-NR4 do Ministério do Trabalho e Emprego. O Sindicato Patronal regulamentará o uso do SESMT COMUM pelas empresas através de Regimento próprio.

UNIFORME

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - FORNECIMENTO E MANUTENÇÃO DO UNIFORME

As empresas fornecerão gratuitamente 02 (dois) jogos de uniforme na admissão do empregado, que deverá ser devolvido, no estado de conservação que se encontrar, por ocasião da rescisão de contrato de trabalho.

Parágrafo primeiro

Entende-se por uniforme a indumentária completa exigida para execução dos serviços.

Parágrafo segundo

Os uniformes fornecidos pelas empresas aos seus empregados devem ser diferentes dos uniformes utilizados pelos Bombeiros Militares do CBMERJ.

Parágrafo terceiro

A utilização do uniforme será restrita ao local de trabalho, incluindo o seu trajeto de ida e volta ao trabalho.

Parágrafo quarto

A higienização do uniforme é de responsabilidade do trabalhador.

ACEITAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - DOS ATESTADOS MÉDICOS

As empresas obrigam-se a aceitar os atestados médicos justificando a ausência do empregado ao trabalho.

Parágrafo único

A ausência ao trabalho por motivo de doença deve ser comprovada mediante atestado médico, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após sua emissão, podendo ser entregue por e-mail, WhatsApp, demais meios eletrônicos, ou por outra pessoa, contra recibo. Caso contrário, a falta será tida como injustificada e acarretará a perda da remuneração dos dias.

RELAÇÕES SINDICAIS LIBERAÇÃO DE EMPREGADOS PARA ATIVIDADES SINDICAIS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - DIRETORES SINDICAIS

As empresas liberarão até 01 (um) membro da Diretoria do Sindicato Laboral, ou do Conselho Fiscal, sem prejuízo do pagamento de seus vencimentos integrais, tais como: salários, vantagens, benefícios, gratificações, inclusive abono de ponto, tempo de serviço de contribuição, enquanto estiverem à disposição do Sindicato no exercício de seus mandatos.

Parágrafo primeiro

Os membros da Diretoria do Sindicato Laboral e do Conselho Fiscal somente poderão ser dispensados do emprego por justa causa, devidamente comprovada.

Parágrafo segundo

Os Diretores do Sindicato não amparados pelo *caput* desta Cláusula e os Delegados sindicais terão direito a 01 (um) dia de abono mensal, a serviço do Sindicato Laboral, desde que solicitado por escrito pelo Sindicato, avisando à empresa empregadora com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas e só poderão ser demitidos por justa causa, dentro do período estatutário.

CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - MENSALIDADE SINDICAL (CONTRIBUIÇÃO ASSOCIATIVA)

As empresas deverão descontar R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais) em folha de pagamento, relativo à mensalidade dos associados e repassá-la ao Sindbombeirocivil.

Paragrafo primeiro

Os associados que não tiverem desconto em contracheques deverão solicitar o boleto de repasse sindical pelo e-mail do sindicato tesouraria@sindbombeirocivilrj.com.br

Paragrafo segundo

As empresas deverão solicitar o boleto de repasse através do e-mail do sindicato tesouraria@sindbombeirocivilrj.com.br, com a veracidade das informações do quadro total de profissionais e sindicalizados. Os boletos serão gerados com vencimento para 5º dia útil. O não pagamento na data de vencimento implicará em multa de 10% por atraso e 5% ao mês até o efetivo pagamento.

Parágrafo terceiro

Havendo alguma dificuldade técnica ou de qualquer outra ordem na expedição do boleto o sindicato entrará em contato com a empresa através de e-mail institucional informando o como o repasse deverá ser feito.

Parágrafo quarto

Os associados que não tiverem desconto em folha, terão até o dia 10 de cada mês para enviar o comprovante de pagamento dos repasses sindicais para o e-mail faleconosco@sindbombeirocivilrj.com.br

Parágrafo quinto

O repasse da mensalidade deverá ser efetuado até ao 5º dia útil subsequente à competência do desconto, tendo, a partir daí, o prazo de até 5 (cinco) dias para a empresa enviar ao SINBOMBEIROS, os comprovantes do repasse, através do e-mail tesouraria@sindbombeirocivilrj.com.br.

O atraso no repasse desta mensalidade incorrerá em multa de 10% (dez pontos percentuais) ao mês sobre o valor da mensalidade reajustada, mais a atualização monetária.

Parágrafo sexto

É vedado à empresa deixar de descontar a mensalidade sindical, mesmo que a Convenção Coletiva de Trabalho esteja em negociação.

Parágrafo sétimo

O bombeiro sindicalizado não pagará a contribuição negocial.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL LABORAL

As Empresas descontarão, mensalmente, a importância de R\$ 20,00 (vinte reais) por mês, de cada integrante da categoria profissional, para financiamento da campanha salarial e garantia dos benefícios sociais oferecidos pela Entidade Sindical Laboral. O aludido desconto será efetuado nas folhas de pagamento com base no caput do Art.462, da CLT. Fica assegurado aos empregados o direito de oposição ao referido desconto, que será feito em até 5 (cinco) dias a contar do registro da presente Convenção Coletiva de Trabalho no Sistema Mediador do MTE, e que deverá ser apresentado individual e pessoalmente, com identificação e assinatura do opoente, na sede do Sindicato Laboral, com cópia para o departamento pessoal de sua empregadora.

Parágrafo primeiro

O bombeiro associado ao Sindicato Laboral pagará, mensalmente, como Contribuição Associativa, o valor de R\$ 45,00, sendo liberado do pagamento da Contribuição Negocial de que trata o caput desta Cláusula.

Parágrafo Segundo

As empresas deverão solicitar o boleto de repasse através do email tesouraria@sindbombeirocivilrj.com.br, e se comprometer com a veracidade das informações enviadas do quadro total de profissionais e sindicalizados. Os boletos serão gerados com vencimento para 5º dia útil. O não pagamento na data de vencimento implicará em multa de 10% por atraso e 5% ao mês até o efetivo pagamento

Parágrafo Terceiro

Em caso de não recolhimento da Contribuição Assistencial Laboral, prevista no caput da presente cláusula, poderá o Sindicato Laboral recorrer a via judicial, para o cumprimento do inteiro teor da mesma.

Parágrafo Quarto

A referida Contribuição Negocial foi devidamente aprovada em assembleia de trabalhadores, estando fundamentada na Nota Técnica Nº 02/2018 da COORDENADORIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DA LIBERDADE SINDICAL - CONALIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO e no voto do Ministro Luis Roberto Barroso, no julgamento do ARE 1018459, do STF.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - TAXA NEGOCIAL PATRONAL

Conforme entendimento do TST, pelo tema 935 com repercussão geral, que fixou a tese de legalidade na cobrança de contribuição sindical, ainda que não associado ao sindicato da categoria econômica, desde que assegurado o direito de oposição ao pagamento, instituí-se a taxa NEGOCIAL PATRONAL, assegurada pelo artigo 8º inciso IV da Constituição Federal e pelo art. 513, alínea “e” da CLT, conforme aprovado por unanimidade de votos das empresas presentes em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26/02/2025.

Parágrafo primeiro – As empresas NÃO associadas/filiadas são obrigadas a recolher em favor do SINESB-RJ a título de taxa NEGOCIAL PATRONAL, valor de único e anual de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) por empresa da categoria econômica abrangida pelo sindicato e registrada no CBMERJ - CORPO DE BOMBEIRO MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

Parágrafo segundo – As empresas associadas/filiadas estão isentas do pagamento da taxa NEGOCIAL PATRONAL.

Parágrafo terceiro - O valor devido será, obrigatoriamente, recolhido à tesouraria do SINESBRJ em boleto bancário ou contra recibo no Banco Bradesco agência 2133-4 conta corrente 27365-1 em cota única até o dia 30/07/2025, sob pena de multa de 10% (dez por cento) além da correção monetária e juros de 1 % ao mês.

Parágrafo quarto - Em caso de não recolhimento da Taxa NEGOCIAL PATRONAL, prevista no caput da presente cláusula, poderá o Sindicato Patronal recorrer à via judicial, para o cumprimento do inteiro teor da mesma.

Parágrafo quinto - Fica assegurado o direito de oposição ao pagamento taxa NEGOCIAL PATRONAL, desde que seja comunicado, por escrito, ao SINESBRJ a discordância e que esteja protocolado até o cinco dia útil contados da data posterior ao registro da presente Convenção Coletiva de Trabalho pelo Mediador do MTE.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE RELAÇÃO ENTRE SINDICATO E EMPRESA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - REGULARIDADE SINDICAL PATRONAL

Por força desta convenção e em atendimento ao disposto no art. 607 e 608 da CLT, as empresas para participar de licitações promovidas por órgãos da administração pública, direta, indireta ou contratação por setores privados, poderão solicitar Certidão de Regularidade para com suas obrigações sindicais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Esta certidão será expedida pelo Sindicato Patronal SINESBRJ, individualmente, assinada por seu Presidente ou seus substitutos legais, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, após a devida solicitação, com validade de 90 (noventa) dias.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Consideram-se obrigações sindicais:

- a) Recolhimento da contribuição sindical (profissional e econômica);
- b) Recolhimento de todas as taxas e contribuições aqui inseridas;
- c) Cumprimento integral desta Convenção Coletiva de Trabalho;
- d) Cumprimento das normas que regulam as relações individuais e coletivas de trabalho previstas na CLT,

bem como na legislação complementar concernente a matéria trabalhista e previdenciária.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A falta da Certidão que trata este dispositivo, ou sua apresentação com prazo de validade vencida permitirá, às empresas concorrentes, bem como aos Sindicatos convenientes, nos casos de concorrência, carta convite, pregão, tomada de preço ou outra forma de licitação impugnarem o processo licitatório por descumprimento da referida cláusula convencionada

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - ACORDO COLETIVO DE TRABALHO

Diante da nova relação normativa estabelecida pelo art. 620 da Lei nº 13.477/2017, fica convencionado que os Acordos Coletivos de Trabalho não poderão estabelecer condições menos favoráveis às estabelecidas em Convenção Coletiva de Trabalho.

Parágrafo Único

Quando houver a celebração de Acordo Coletivo do Trabalho deverá o Sindicato Laboral dar ciência ao Sindicato Patronal.

DISPOSIÇÕES GERAIS APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Os Sindicatos Laboral e Patronal irão atuar em conjunto no sentido de coibir a atuação de empresas que não atendam ao pressuposto para prestar serviço de Bombeiro Civil e prestar serviços em eventos, conforme as

condições contidas na Cláusula Quarta, enviando Ofício Conjunto ao CBMERJ, M.T.E e, caso necessário, ajuizando uma ação judicial perante o Poder Judiciário. A pesquisa por empresas habilitadas e registradas no CBMERJ pode ser realizada no site do CBMERJ ou no SINESB-RJ, através do e-mail sinesbrj@yahoo.com.br ou pelos telefones 2667-8243 ou 97047-5607.

DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - DA MULTA POR DESCUMPRIMENTO

A infração a qualquer das cláusulas deste instrumento sujeitará a empresa infratora à multa o valor de R\$ 300,00, por empregado atingido pelo aludida irregularidade. As importâncias reverterão em favor do Sindicato Laboral.

Parágrafo primeiro: Verificado o descumprimento a qualquer das cláusulas da presente Convenção, o Sindicato Laboral notificará a empresa para que apresente defesa em até 10 (dez) dias úteis, ou justificá-la, tendo a empresa o direito a solicitar a prorrogação do prazo para a resposta por mais 10 (dez) dias. Não sendo corrigida a irregularidade no prazo de 20 (vinte) dias após a resposta, ou não havendo defesa, será aplicada a multa.

Parágrafo Segundo: Na notificação deverá constar a indicação da empresa, estabelecimento e a cláusula infringida.

RENOVAÇÃO/RESCISÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - DANOS PATRIMONIAIS

As empresas poderão descontar dos empregados o valor correspondente a qualquer material, peça, equipamento, instalação e outros, danificados total ou parcialmente desde que devidamente comprovada a culpa e assentido pelo empregado. Tal desconto poderá ser parcelado em até dez vezes, desde que haja concordância pelo empregador.

OUTRAS DISPOSIÇÕES

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - HABILITAÇÃO DAS EMPRESAS

Somente as empresas Prestadoras de Serviço de Bombeiro Civil, devidamente habilitadas e registradas pelo CBMERJ e que possuam a Certidão de Regularidade Sindical – CERSIN junto ao SINESB-RJ, se encontram nas condições de prestar serviço de Bombeiro Civil, Brigada de Incêndio e prestar serviços em eventos. Cabe à empresa remunerar o trabalhador seguindo a CCT 2025/2026.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD

Em face da Lei nº 13.709/18 e atos normativos dela decorrentes, as entidades convenientes fixam, conforme disposições contidas no art. 7º, inciso I; art. 11, inciso I, c/c artigo 9º, § 3º, da referida Lei, que os dados pessoais dos trabalhadores, tais como nome, CPF, endereço residencial, certificado de formação/reciclagem e todos os dados necessários para atender às normas e regras de segurança exigidas pelos tomadores de serviços, operadora/administradora de benefícios, sindicatos laborais, cursos de formação, CBMERJ e outros estritamente ligados à atividade, poderão ser compartilhados sempre que solicitado ou quando vinculados diretamente à relação mantida por sua empregadora e seus clientes e fornecedores, tendo em conta a atividade por ela exercida e as necessidades de segurança da informação. Do mesmo modo, tocará aos seus empregados estrita observação de tal conduta, no exercício dos seus cometimentos funcionais, quando do acesso a dados de terceiros, direta ou indiretamente ligados à empregadora e/ou à sua atividade junto aos clientes tomadores de seus serviços, sob pena de responsabilidade pessoal, a quem der causa.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - RECIBO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS

A entrega de quaisquer documentos ou sua devolução deverá ser formalizada, com recibo em duas vias, assinadas pela empresa e pelo empregado, cabendo uma cópia a cada parte.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - DIVERGÊNCIA

As divergências surgidas na vigência desta Convenção serão dirimidas pela Justiça do Trabalho, sempre que não houver acordo entre as partes.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - EMPRÉSTIMO CONSIGNADO

Fica facultado às empresas abrangidas por este instrumento normativo de trabalho a tomarem as providências necessárias para que seus empregados possam usufruir dos empréstimos com desconto em folha de pagamento, nos termos da Lei nº 10.820/2003.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - BENEFÍCIO SOCIAL FAMILIAR E EMPRESARIAL

As Entidades Sindicais Convenientes prestarão, indistintamente a todos os trabalhadores e empregadores subordinados a esta Convenção Coletiva de Trabalho, o plano Benefício Social Familiar e Empresarial abaixo definido pelas entidades convenientes e discriminado no Manual de Orientação e Regras, parte integrante desta cláusula, através de organização gestora especializada e aprovada pelas Entidades Convenientes.

Parágrafo Primeiro – A prestação do plano Benefício Social Familiar e Empresarial iniciará a partir do primeiro dia do mês do vencimento do custeio, informado no parágrafo segundo deste, e terá como base para os procedimentos necessários ao atendimento dos trabalhadores e empregadores, o Manual de Orientação e Regras disponibilizado no website www.beneficiosocial.com.br/manuais-orientacao.

Parágrafo Segundo – Para efetiva viabilidade financeira do plano Benefício Social Familiar e Empresarial e com expresso consentimento das entidades convenientes, as empresas, recolherão a título de custeio, até o dia 10 (dez) de cada mês, iniciando **a partir do dia 10/07/2025, o valor total de R\$8,00 (oito reais)**, por trabalhador que possua, exclusivamente, por meio de boleto disponibilizado pela gestora no website www.beneficiosocial.com.br. Com o intuito de regular e dirimir possíveis dúvidas, dos procedimentos na prestação dos benefícios as Disposições Gerais, Manual de Orientação e Regras, e Tabela de Benefícios são registrados em cartório. O custeio do plano Benefício Social Familiar e Empresarial será de responsabilidade integral das empresas, ficando vedado qualquer desconto nos salários dos trabalhadores.

Parágrafo Terceiro – Em caso de afastamento de trabalhador motivado por doença ou acidente, o empregador manterá o recolhimento por até 12 (doze) meses. Caso o afastamento do empregado seja por período superior a 12 (doze) meses, o empregador fica desobrigado ao recolhimento deste custeio a partir do décimo terceiro mês, ficando garantido ao trabalhador afastado todos os benefícios sociais previstos nesta cláusula e no Manual de Orientação e Regras, até seu efetivo retorno ao trabalho, quando então o empregador retomará o recolhimento relativo ao trabalhador afastado.

Parágrafo Quarto – Devido à natureza social, emergencial e de apoio imediato, dos benefícios sociais definidos pelas entidades, na ocorrência de qualquer evento que gere direito de atendimento ao trabalhador e seus familiares, o empregador deverá preencher o comunicado disponível no website da gestora, no prazo máximo e improrrogável de até 90 (noventa) dias a contar do fato gerador e, no caso de nascimento de filhos, este prazo será de até 150 (cento e cinquenta) dias. O empregador que não observar estes prazos, poderá arcar com sanções pecuniárias em favor do trabalhador ou família prejudicada, como se inadimplente estivesse. Caso a empresa não efetue o comunicado junto à gestora, o trabalhador e seus beneficiários, não perderão o direito ao benefício, devendo a entidade efetuar tal comunicado, não eximindo o empregador de suas responsabilidades e sanções previstas.

Parágrafo Quinto – O empregador que estiver inadimplente ou efetuar recolhimento por valor inferior ao devido, perderá o direito aos benefícios a ele disponibilizados, até sua regularização. Nesses casos, na ocorrência de qualquer evento que gere direito de atendimento aos trabalhadores e seus familiares, estes não perderão direito aos benefícios e serão atendidos normalmente pela gestora, a mando das entidades, com exceção dos benefícios prestados por empresas terceirizadas que possuam faturamento unitário mensal. Neste caso, o trabalhador e seus familiares perderão o direito ao recebimento ou prestação desses benefícios. Assim, o empregador responderá, perante o empregado e/ou a seus dependentes, a título de indenização, o equivalente a 10 (dez) vezes o menor piso salarial da categoria vigente à época da infração em favor do trabalhador ou seus beneficiários, além de reembolsar às Entidades os valores devidos à que os trabalhadores e seus beneficiários têm direito e que estão descritos nessa

cláusula. Caso o empregador regularize seus débitos no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, após o recebimento de comunicação de débito feita por e-mail, pela gestora, ficará isento desta indenização.

Parágrafo Sexto: O não pagamento do custeio previsto nesta cláusula, até o dia 10 (dez) de cada mês, acarretará a incidência em multa de 10% (dez por cento) pelo atraso do pagamento, e juros mensais de 1% (um por cento), conforme previsão legal, além das demais penalidades previstas nesta norma coletiva, podendo ainda, o empregador ter seu nome incluso em órgãos de proteção ao crédito, bem como seu registro nos cartórios de protestos competentes.

Parágrafo Sétimo – Nas planilhas de custos, editais de licitações ou nas repactuações de contratos, devido a fatos novos constantes nesta norma coletiva, e em consonância à instrução normativa em vigência, nestes casos, obrigatoriamente, deverão constar a provisão financeira para cumprimento desta cláusula, preservando o patrimônio jurídico dos trabalhadores, conforme o artigo 444 da CLT.

Parágrafo Oitavo – Estará disponível no website da gestora, a cada recolhimento mensal, o Comprovante de Regularidade específico para atendimento da cláusula do plano Benefício Social Familiar e Empresarial, referente aos últimos 5 (cinco) anos, a ser apresentado ao contratante, as entidades sindicais, e a órgãos fiscalizadores, quando solicitado.

Parágrafo Nono – O presente serviço social não tem natureza salarial, por não se constituir em contraprestação de serviços, tendo caráter compulsório e ser eminentemente assistencial e emergencial.

Parágrafo Décimo – Fica desde já consignado e aceito entre as partes, que o envio e usos de dados dos empregados é para o fim exclusivo da disponibilização dos benefícios contratados e objetos da presente prestação de serviços, nos termos da Lei n. 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, e demais legislações pertinentes à confidencialidade.

Parágrafo Décimo Primeiro – Na hipótese de este instrumento coletivo de trabalho perder sua eficácia e em caso de a empresa não dar continuidade dos pagamentos para cumprimento desta cláusula, a empresa, seus trabalhadores e familiares terão seus direitos aqui descritos suspensos até o retorno de sua eficácia

Caso as empresas entendam e optem pela continuidade do pagamento para manter o cumprimento desta cláusula específica, devido ao seu baixo custo, caráter social, emergencial, apoio imediato, natureza alimentar e solidário, prestado aos trabalhadores e seus familiares, bem como cientes da redução de custos operacionais e agilidade na gestão da empresa, terão seus direitos aqui descritos preservados.

Todos e quaisquer avisos informativos ou de cobranças vinculados a esta cláusula e recebidos pelas empresas neste período, terão caráter meramente informativo, com o intuito de evitar passivos e discussões jurídicas.

Parágrafo Décimo Segundo – Para lisura e transparência na prestação dos benefícios, segue abaixo um resumo e breve descritivo da forma em que eles serão disponibilizados. Tal procedimento é necessário para que não haja desvio de finalidade do benefício a ser disponibilizado e deverá ser rigorosamente observado, devido ser caráter social, emergencial e de natureza alimentícia. A íntegra do Manual de Orientação e Regras que regem a prestação dos benefícios estará registrado em cartório e disponível no website da gestora.

RESUMO DOS BENEFÍCIOS DISPONÍVEIS PARA TRABALHADORES E EMPREGADORES

BENEFÍCIOS	BENEFÍCIOS PARA OS TRABALHADORES		DESCRIPTIVO
	FORMA DE PRESTAÇÃO		
BENEFÍCIO ACIDENTE	1X	R\$ 500,00	EM CASO DE AFASTAMENTO DE TRABALHADOR(A), POR ACIDENTE, SERÁ DISPONIBILIZADO UM CARTÃO PARA DESCONTOS EM REDE CREDENCIADA DE FARMÁCIAS, COM OBJETIVO DE FACILITAR O ACESSO FAMILIAR A MEDICAMENTOS, PODENDO SER DISPONIBILIZADO UMA VERBA ADICIONAL, PARA QUE OS MEDICAMENTOS NÃO TENHAM CUSTOS.

BENEFÍCIO ALIMENTAR POR AFASTAMENTO	1X	R\$ 300,00	EM CASO DE AFASTAMENTO DE TRABALHADOR(A), POR AUXÍLIO DOENÇA OU ACIDENTE, SERÁ ENCAMINHADO À SUA RESIDÊNCIA, ALIMENTOS DE QUALIDADE E VARIEDADE OU OUTRO MEIO, A CRITÉRIO DA GESTORA, MEDIANTE SIMPLES APRESENTAÇÃO DA CARTA DE CONCESSÃO.
BENEFÍCIO CAPACITAÇÃO	1X	R\$ 2.000,00	SERÁ DISPONIBILIZADO AOS FAMILIARES NA OCORRÊNCIA DE FALECIMENTO OU INCAPACITAÇÃO PERMANENTE DO TRABALHADOR, CURSOS DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL NA ÁREA DE INTERESSE DO BENEFICIÁRIO, PARA MANUTENÇÃO E MELHORIA DA RENDA FAMILIAR. TAL VALOR SERÁ ENCAMINHADO DIRETAMENTE AO ORGÃO DE CAPACITAÇÃO ESCOLHIDO PELO BENEFICIÁRIO, EM CASO DE SALDO, ESTE SERÁ DISPONIBILIZADO PARA CUSTEIO DE LOCOMOÇÃO E ALIMENTAÇÃO.
BENEFÍCIO MANUTENÇÃO DE RENDA FAMILIAR	3X	R\$ 700,00	EM CASO DE INCAPACITAÇÃO PERMANENTE OU FALECIMENTO DE TRABALHADOR(A), SERÁ DISPONIBILIZADO A ELE OU AOS FAMILIARES, UM CARTÃO DE DÉBITO PRÉ PAGO OU OUTRO MEIO, A CRITÉRIO DA GESTORA. ESTE BENEFÍCIO NÃO PODERÁ SER DISPONIBILIZADO DE FORMA INTEGRAL, PARA QUE NÃO HAJA DESVIO DE SUA FINALIDADE.
BENEFÍCIO ALIMENTAR	3X	R\$ 300,00	EM CASO DE INCAPACITAÇÃO PERMANENTE OU FALECIMENTO DE TRABALHADOR(A), SERÁ ENCAMINHADO À SUA RESIDÊNCIA OU DA FAMÍLIA, ALIMENTOS DE QUALIDADE E VARIEDADE OU OUTRO MEIO, A CRITÉRIO DA GESTORA. ESTE BENEFÍCIO NÃO PODERÁ SER DISPONIBILIZADO DE FORMA INTEGRAL, PARA QUE NÃO HAJA DESVIO DE SUA FINALIDADE.
BENEFÍCIO SERVIÇO FUNERAL	1X	R\$ 4.000,00	EM CASO DE FALECIMENTO DE TRABALHADOR(A), SERÁ DISPONIBILIZADO UM AGENTE HABILITADO QUE TOMARÁ AS PROVIDÊNCIAS E ACOMPANHAMENTOS NECESSÁRIOS AO FUNERAL, INDEPENDENTE DA CAUSA, LOCAL OU HORÁRIO DO FALECIMENTO. CASO A FAMÍLIA OPTE POR SERVIÇO DE MENOR CUSTO OU NÃO UTILIZE O AGENTE, O VALOR TOTAL OU O SALDO REMANESCENTE SERÁ ENCAMINHADO AO ARRIMO DA FAMÍLIA.

BENEFÍCIO CONTA CORRENTE VIRTUAL	SIM	TEM COMO OBJETIVO PROPICIAR AOS TRABALHADORES ACESSO AO SISTEMA BANCÁRIO ELETRÔNICO, ATRAVÉS DE UM APLICATIVO PARA GERENCIAMENTO DE SEUS GASTOS.
BENEFÍCIO RECOLOCAÇÃO	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO APLICATIVO SEM CONSUMO DA FRANQUIA DE DADOS, ONDE O TRABALHADOR TERÁ ACESSO A UMA GRANDE REDE DE VAGAS DISPONÍVEIS.
BENEFÍCIO APOIO PSICOLÓGICO	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO APOIO PSICOLÓGICO, A TODOS OS TRABALHADORES DO SEGMENTO, VIA 0800, POR PROFISSIONAIS LEGALMENTE CAPACITADOS.
BENEFÍCIO APOIO SOCIAL	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO APOIO SOCIAL, A TODOS OS TRABALHADORES DO SEGMENTO, VIA 0800, POR PROFISSIONAIS LEGALMENTE CAPACITADOS.
BENEFÍCIO APOIO NUTRICIONAL	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO APOIO NUTRICIONAL, A TODOS OS TRABALHADORES DO SEGMENTO, VIA 0800, POR PROFISSIONAIS LEGALMENTE CAPACITADOS.
BENEFÍCIO VALE EMERGENCIAL	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO AO TRABALHADOR, MEDIANTE A CONTRATAÇÃO DE UMA INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA, UMA ANTECIPAÇÃO SALARIAL EMERGENCIAL DE FORMA RÁPIDA E COM JUROS MENORES, ESTANDO SUJEITO À ANÁLISE CADASTRAL.
BENEFÍCIO CERTIFICAÇÃO DIGITAL (TRABALHADOR)	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO, EMPRESA LEGALMENTE HOMOLOGADA PARA CERTIFICAÇÃO DIGITAL, COM VALORES ABAIXO DO MERCADO, COM ATENDIMENTO EM REDE CREDENCIADA, VIRTUAL OU EM DOMICÍLIO
CONSULTA MÉDICA ONLINE	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO CONSULTAS MÉDICAS ON-LINE COM CLÍNICO GERAL AOS TRABALHADORES, SEUS FAMILIARES E PESSOAS DE SEU RELACIONAMENTO, SEM NENHUM CUSTO, PROPORCIONANDO UM ATENDIMENTO ÁGIL, MODERNO E DESBUROCRATIZADO, ATRAVÉS DE

APLICATIVO QUE SEGUE TODAS AS NORMAS REGULAMENTADAS PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE. TAMBÉM FICARÁ DISPONÍVEL UMA REDE DE LABORATÓRIOS CONVENIADOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES COM CUSTO ABAIXO DA MÉDIA DE MERCADO.

BENEFÍCIOS PARA AS EMPRESAS		
BENEFÍCIOS	FORMA DE PRESTAÇÃO	DESCRIPTIVO
BENEFÍCIO MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO	PARTICIPATIVO SEM UNIDADE MÓVEL	SERÁ DISPONIBILIZADO DESCONTOS SIGNIFICATIVO PARA TODOS OS SERVIÇOS RELACIONADOS À MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO.
BENEFÍCIO CONECTA EMPRESA	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO APLICATIVO SEM CONSUMO DA FRANQUIA DE DADOS, PARA QUE AS EMPRESAS POSSAM CONTATAR OS TRABALHADORES DE FORMA RÁPIDA E SEGURA.
BENEFÍCIO MURAL DE EMPREGOS	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO AS EMPRESAS SISTEMA ON-LINE, PARA INSERÇÃO DAS VAGAS DISPONÍVEIS, TAIS VAGAS SERÃO DIVULGADAS AOS TRABALHADORES PELO BENEFÍCIO RECOLOCAÇÃO.
BENEFÍCIO FOLHA DE PAGAMENTO VIRTUAL	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO UM SISTEMA ON-LINE DE CADASTRAMENTO E PAGAMENTO, JUNTAMENTE COM O BENEFÍCIO CONTA CORRENTE VIRTUAL.VISANDO AGILIZAR O ENVIO DAS REMUNERAÇÕES AOS COLABORADORES DAS EMPRESAS
BENEFÍCIO COMPRA DIRETA	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO UMA REDE DE FORNECEDORES, COM DESCONTOS SIGNIFICATIVOS EM SEUS PRODUTOS E SERVIÇOS, DEVIDO A INEXISTÊNCIA DE INTERMEDIÁRIOS.
BENEFÍCIO CERTIFICAÇÃO DIGITAL (EMPRESA)	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO, EMPRESA LEGALMENTE HOMOLOGADA PARA CERTIFICAÇÃO DIGITAL, COM VALORES ABAIXO DO MERCADO, COM ATENDIMENTO EM REDE CREDENCIADA, VIRTUAL OU EM DOMICÍLIO.

}

PAULO GOMES DOS SANTOS FILHO
PRESIDENTE
SINDICATO DAS EMP PREST SERV B I I M E P C I E R J

MARCOS PAULO SILVA DE OLIVEIRA
VICE-PRESIDENTE
SINDBOMBEIROCIVIL-RJ

ANEXOS
ANEXO I - ATA LABORAL

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO II - ATA PATRONAL

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.